



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Ministério do Meio Ambiente

Processo Nº 02000.001099/2012-34

Unid.Atuadora: SECEX/SPOA/CGGA/DIATA/SEPRO

Interessado: Departamento de Áreas Protegidas-DAP

Resumo: Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério do Meio Ambiente e a Fundação Nacional do Índio-FUNAI visando a conjugação de esforços entre os partícipes para a implementação de atividades de execução do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA. Volume I

INTERESSADO:

ASSUNTO:

OUTROS DADOS:

CÓDIGO:

M O V I M E N T A Ç Õ E S

S <sub>EQ.</sub>	SIGLA	CÓDIGO	DATA	S <sub>EQ.</sub>	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01	SBF/DAP		10/05/2012	19			/ /
02	SBF		08/06/2012	20			/ /
03	Análise de Causa		21/08/12	21			/ /
04	SBF		24/8/12	22			/ /
05			/ /	23			/ /
06			/ /	24			/ /
07			/ /	25			/ /
08			/ /	26			/ /
09			/ /	27			/ /
10			/ /	28			/ /
11			/ /	29			/ /
12			/ /	30			/ /
13			/ /	31			/ /
14			/ /	32			/ /
15			/ /	33			/ /
16			/ /	34			/ /
17			/ /	35			/ /
18			/ /	36			/ /



MMA

## GUIA DE PROVIDÊNCIA DE DOCUMENTO - GPD

Nº 06 04

Data: 10/05/2012

IDEN

Tipo e Número

Procedência

DAP/SBF/MMA

Registro

Interessado

Departamento de Áreas Protegidas - DAP

Processo Nº 02000.001099/2012-34

Unid.Autuadora: SECEX/SPOA/CGGA/DIATA/SEPRO

Interessado: Departamento de Áreas Protegidas-DAP

Resumo: Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério do Meio Ambiente e a Fundação Nacional do Índio-FUNAI visando a conjugação de esforços entre os partícipes para a implementação de atividades de execução do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA. Volume I

10/05/2012 17:13:05

Assunto

Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério do Meio Ambiente e a Fundação Nacional do Índio-FUNAI visando a conjugação de esforços entre os partícipes para a implementação de atividades de execução do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA.

## PROVIDÊNCIAS

☒ Autuação ☐ Arquivamento ☐ Abertura de volume ☐ Encerramento de volume ☐ Desarquivamento

☐ Reconstituição do processo nº \_\_\_\_\_

☐ Outros \_\_\_\_\_

Justificativa (no caso de reconstituição do processo )

Nome e ramal para contato após providência:

## AUTENTICAÇÃO

Solicitante

Data: 10 / 05 / 2012

Carimbo/Assinatura

Protocolo Central/Unidade Protocolizadora

Recebi em: 10 / 05 / 12 Hora: 17 : 15

Assinatura

Via Única

Marco Bueno  
Matr. 1565696  
Analista Ambiental  
MMA/SEPRO  
SBF/DAP

SECEX/SPOA/CGGA

## ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MMA/ /FUNAI Nº 004

### ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 004/2012 QUE ENTRE SE CELEBRAM O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO-FUNAI VISANDO A CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS ENTRE OS PARTICIPES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES DE EXECUÇÃO DO PROJETO ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA - ARPA.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, órgão da Administração pública Federal Direta, criado pela Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, alterada pela Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, Decreto nº 4.118, de 7 de fevereiro de 2000, e nos termos da Medida Provisória nº 103, de 1º de Janeiro de 2003, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 5º andar, Brasília/DF e jurisdição sobre todo o Território Nacional inscrito no CNPJ/MF sob o nº 37.115.375./0001-07, doravante denominado **MMA**, neste ato representado por sua Ministra de Estado do Meio Ambiente, **IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA**, brasileira, solteira, residente e domiciliada em Brasília/DF, portadora da Carteira de Identidade nº 457.256 SSP/DF, inscrita no CPF/MF sob o nº 279.754.601-68, nomeada pelo Decreto Presidencial de 31 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 31/03/2010 – Edição Extra, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único e incisos da Constituição Federal, e a **FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO**, vinculada ao Ministério da Justiça, entidade com patrimônio próprio e personalidade jurídica de direito privado, doravante denominada **FUNAI**, criada pela Lei nº 5.371 de 5 de dezembro de 1967, sediada em Brasília/DF, situada no SRTVS 702, Bloco "A", Edifício LEX, 3º andar, Zona Central, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00059311/0001-26, neste ato representada por seu Presidente, \_\_\_\_\_, brasileiro, \_\_\_\_\_, carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, SSP/ e CPF/MF nº \_\_\_\_\_, nomeado pela portaria Ministro Chefe da Casa Civil nº 170 de 30 de janeiro de 2003, publicado no DOU de \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objetivo a conjugação de esforços entre os partícipes para a implementação de ações referentes ao Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA, respaldadas no Decreto nº 4.326, de 2002.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As atividades a serem executadas, no tocante aos componentes, serão objeto de apreciação e decisão da instância deliberativa, o Comitê do Programa-CP, conforme o disposto no art. 3º do Decreto nº 4.326, de 2002.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### I – Compete ao MMA:

a) estabelecer e manter no Ministério do Meio Ambiente, uma Unidade de Coordenação do Programa ARPA com: (i) responsabilidades, estrutura e funções adequadas; (ii) equipe em número e qualificação adequados à execução das tarefas técnicas, administrativas e financeiras exigidas pelo ARPA;

b) atuar, no limite de suas prerrogativas, conferindo apoio técnico à FUNAI nas atividades de sua competência no âmbito do Programa ARPA, em conformidade com o projeto GATI, desenvolvido em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, bem como com a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, de forma que as ações do MMA e FUNAI sejam complementares e sinérgicas e não conflituosas;

c) ouvir à FUNAI, quando da criação de novas Unidades de Conservação no âmbito do Programa Arpa, visando evitar sobreposição de Unidades de Conservação e Terras Indígenas;

d) suspender as atividades em curso no âmbito do ARPA que ponham em risco a segurança de grupos indígenas isolados, assim que notificado pela FUNAI;

e) apoiar, quando solicitado ou aprovado pelo Comitê do Programa-CP, demandas em relação a atividades a serem desenvolvidas em Terras Indígenas ;

f) observar o disposto no documento denominado *Indigenous Peoples Strategy*, anexo 16 do *Project Appraisal Document-PAD Report No:66846-BR* documento do Banco Mundial apresentado em anexo como parte integrante deste Acordo de Cooperação Técnica.

### II – Compete à FUNAI:

a) estabelecer procedimentos específicos que disciplinem o ingresso e permanência em Terras Indígenas de pessoas envolvidas com o ARPA, de maneira que as atividades previstas se desenvolvam regularmente, salvaguardando o estrito cumprimento da Legislação Indigenista Nacional;

b) atuar, nos limites de suas prerrogativas, de modo a evitar que: (i) qualquer atividade ou estudo seja elaborado ou executado em Terras Indígenas, por intermédio do ARPA, sem a prévia consulta ao povo indígena que nela vive; (ii) que qualquer atividade ou estudo em Terras Indígenas seja executado sem a permanente colaboração dos povos indígenas afetados;

c) encaminhar demandas dos Povos Indígenas presentes na área de influência do ARPA ao Comitê do Programa-CP;

d) atuar, no limite de suas prerrogativas, conferindo apoio técnico ao MMA, nas atividades de sua competência nas Terras Indígenas no âmbito do Programa ARPA, em conformidade com o projeto GATI, desenvolvido em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, bem como com a implementação da Política Nacional de Gestão



Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, de forma que as ações do MMA e FUNAI sejam complementares e sinérgicas e não conflituosas;

e) estabelecer procedimentos para informar à Unidade de Coordenação do Programa ARPA de eventuais sobreposições de Unidades de Conservação e Terras Indígenas no âmbito do ARPA;

f) estabelecer procedimentos para informar à Unidade de Coordenação do Programa ARPA de eventuais localizações de grupos indígenas isolados em Unidades de Conservação no âmbito do ARPA;

g) observar o disposto no documento denominado *Indigenous Peoples Strategy*, anexo 16 do Project *Appraisal Document-PAD* Report No:66846-BR, documento do Banco Mundial apresentado em anexo como parte integrante deste Acordo de Cooperação Técnica;

h) realizar outras atividades, no âmbito de suas competências, que assegurem a boa execução do ARPA.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS

O presente Acordo não prevê a transferência de recursos entre os partícipes, sendo que cada parte deverá aplicar seus próprios recursos ou aqueles obtidos em outras fontes para o cumprimento deste Instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO – Quando as ações referidas na Cláusula Primeira deste Instrumento envolverem transferência de recursos financeiros entre os partícipes, estas serão oficializadas por meio de Convênios específicos.

### CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos, programas, obras e serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Acordo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, contatos a partir da data de sua publicação do Diário Oficial da União.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO**

Os signatários deste Acordo podem rescindir unilateralmente ou denunciar a qualquer tempo o presente Instrumento, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-lhes igualmente os benefícios adquiridos no mesmo período.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O presente Acordo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido de comum acordo entre os partícipes ou por descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de trinta dias, de conformidade com a legislação em vigor.

## **CLÁUSULA SÉTIMA-DAS ALTERAÇÕES**

O presente Acordo de Cooperação Técnica poderá ser alterado a qualquer tempo, de comum acordo entre os partícipes, mediante justificativa consubstanciada em Termo Aditivo, obedecidas as disposições legais aplicáveis à espécie.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883, de 8 de junho de 1994, ficam designados o Coordenador do Programa ARPA como representante do MMA, e o Coordenador Técnico do GATI e PNGATI como representantes da FUNAI, para acompanhar a fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Ao Agente Geral Fiscalizador é assegurado, a qualquer tempo, fiscalizar a execução dos serviços programados, através de sua auditoria, para emitir e propor a adoção das medidas julgadas cabíveis.

## **CLAÚSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

Caberá ao MMA providenciar a publicação deste Acordo de Cooperação Técnica, em extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo estas ocorrer no prazo de vinte dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666, de 1993 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleita a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF para dirimir litígios oriundos deste instrumento, que por ventura não tenham sido resolvidos administrativamente.

E Por estarem de Acordo, os partícipes assinam entre si, os efeitos legais na presença das testemunhas, que também os subscrevem.

Brasília/DF, de 2012.

**IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA**  
Ministra de Estado do Meio Ambiente

**MARTA MARIA DO AMARAL AZEVEDO**  
Presidente da FUNAI

#### TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:  
CI:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:  
CI:

## PLANO DE TRABALHO

## 1- DADOS CADASTRAIS

Órgão / Entidade Proponente <b>Ministério do Meio Ambiente – MMA</b>			CNPJ <b>37.115.375./0001-07</b>	
Endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco “B”, 5º andar				
Cidade Brasília	UF DF	CEP <b>70.068-900</b>	DDD / Telefone (61) 2028-1289/1422	
Nome do Responsável <b>Izabella Mônica Vieira Teixeira</b>			CPF 279.754.601-68	
CI / Órgão Exp. 457.256 SSP/DF	Cargo Ministra	Função Representante legal	Matrícula 66666-51	
Endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco “B”, 5º andar			CEP 70.068-900	
Órgão / Entidade Concedente <b>Fundação Nacional do Índio - FUNAI</b>			CNPJ 00.059.311/0001-26	
Endereço SRTVS 702, Bloco “A”, Edifício LEX, 3º andar, Zona Central				
Cidade Brasília	UF <b>DF</b>	CEP	DDD / Telefone	
Nome do Responsável			CPF	
CI / Órgão Exp.	Cargo	Função	Matrícula	
Endereço			CEP	

## 2 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO-FUNAI VISANDO A CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS ENTRE OS PARTICIPES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES DE EXECUÇÃO DO PROJETO ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA-ARPA.	<b>Período de Execução</b>	
	2012	2016

### Identificação do objeto:

Estabelecer a cooperação técnica entre o Ministério do Meio Ambiente - MMA e a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, na conjugação de esforços entre os partícipes para a implementação de ações referentes ao Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA.

## 3 - JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Apesar de 21% do território da região amazônica pertencer a terras indígenas, os povos e terras indígenas confrontam diversas ameaças. As principais ameaças, em muitas áreas, referem-se a: (i) projetos de infra-estrutura e desenvolvimento, tais como a abertura de estradas e a construção de barragens e usinas hidroelétricas; (ii) atividades – freqüentemente ilegais – de exploração mineral e madeireira, garimpos, pesca comercial e outras atividades extrativas; (iii) a expansão da fronteira econômica com seus empreendimentos agropecuários e madeireiros, os assentamentos rurais e as práticas de grilagem de terras; (iv) a caótica situação com relação aos direitos fundiários que predomina na região.<sup>1</sup> Estes fatores causaram consideráveis danos ambientais – como o desmatamento que resulta em ameaças à saúde, à segurança e à capacidade dos povos indígenas de preservarem seus modos de vida tradicionais.<sup>2</sup>

Apesar dessas diversas ameaças, os povos indígenas recorrem a regimes tradicionais de gestão de recursos naturais que usualmente combinam práticas de caça e coleta, pesca e agricultura de subsistência em largas extensões territoriais e que, se podem ter impactos adversos sobre o meio ambiente, os têm comparativamente menores do que os causados por outros agentes sociais e intervenções. Em consequência, muitas das áreas mais preservadas e intactas em termos de cobertura florestal e conservação da biodiversidade do Brasil se encontram em terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, mesmo quando comparadas às Unidades de Conservação. Dados recentes revelam que 98,4% das terras indígenas da Amazônia permanecem altamente preservadas e que apenas 1,3% de todo o desmatamento da região amazônica ocorre no interior de terras indígenas.<sup>3</sup>

Em geral, as Unidades de Conservação podem ser vistas como benéficas para os povos indígenas, porque elas compartilham os objetivos de conservação natural e servem como zonas

<sup>1</sup>Dan Pasca. *Estudo Base para a Proteção das Terras Indígenas da Amazônia Legal*. Brasília: GTZ/FUNAI (Maio 2007). Arnaldo Carneiro Filho e Oswaldo Braga de Souza, *Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira*. São Paulo: Socioambiental, 2009.

<sup>2</sup>Em estudo recente, o IMAZON discrimina os detentores dos direitos fundiários na Amazônia em quatro categorias e demonstra que 43% do território regional (209 milhões de hectares) pertencem a áreas públicas protegidas, 21% (104 milhões de hectares) correspondem a áreas públicas sem proteção, apenas 4% (20 milhões de hectares) são áreas particulares certificadas pelo INCRA e 32% (158 milhões de hectares) são, supostamente, áreas particulares sem registro de terras (Barreto et al., *Quem é Dono da Amazônia? Uma análise do recadastramento de imóveis rurais*. IMAZON, 2006, p. 50).

<sup>3</sup>Dados do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPA) e do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON).

de amortecimento contra as pressões e ameaças ambientais que protegem as terras indígenas. Adicionalmente, durante a primeira fase do ARPA verificou-se que, em geral, os grupos indígenas apóiam a criação e consolidação de Unidades de Conservação nas proximidades ou arredores de suas terras, desde que questões relacionadas aos usos indígenas tradicionais de recursos naturais existentes no interior dessas unidades sejam satisfatoriamente equacionadas. A dificuldade de articulação e coordenação entre diversos órgãos governamentais, em diferentes esferas, prejudica a prestação de serviços públicos para os povos indígenas e o encaminhamento de solução para os conflitos de sobreposição entre terras indígenas e Unidades de Conservação.

Assim este Acordo representa uma oportunidade para o apoio a ações de fortalecimento comunitário, que se darão por meio dos Planos de Ação dos Povos Indígenas (PPI's), frente aos possíveis impactos da criação e consolidação de UCs no modo de vida e na economia das comunidades humanas residentes na sua área de influência devido a restrições de acesso a recursos naturais.

#### 4 – FASES DE TRABALHO CONJUNTO

**Resultado 1: Constituição do Grupo de Trabalho** (i) Identificação do Grupo Alvo e levantamento de dados para priorização dos trabalhos; (ii) Elaboração dos critérios e diretrizes para trabalhar com os Planos de Ação dos Povos Indígenas (PPI's).

**Resultado 2: Desenvolvimento de Competências para a Gestão de Áreas Protegidas** (i) Apoiar as discussões a respeito do desenvolvimento da competência gerencial das equipes e de parceiros envolvidos com o planejamento e a gestão das UCs no que diz respeito à sua interação com Terras Indígenas.

**Resultado 3: Integração das Comunidades -Participação do GT que será responsável pelo:** (i) Apóio à formulação dos Planos de Ação dos Povos Indígenas (PPI's); (ii) Incentivo à implementação dos Planos de Ação dos Povos Indígenas (PPI's), e; (iii) Monitoramento dos Planos de Ação dos Povos Indígenas (PPI's).

#### 5 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

Resultados	Atividades	DURAÇÃO	
		Início	Término
1. Constituição do Grupo de Trabalho	1.1 Identificação do Grupo Alvo e levantamento de dados para priorização dos trabalhos.	2012	2013
	1.2 Elaboração dos critérios e diretrizes para trabalhar com os Planos de Ação dos Povos Indígenas (PPI).		
2. Desenvolvimento de Competências para a Gestão de Áreas Protegidas	2.1 Apoiar as discussões a respeito do desenvolvimento da competência gerencial das equipes e de parceiros envolvidos com o planejamento e a gestão das UC's no que diz respeito à sua interação com Terras Indígenas.	2012	2016



3. Integração das Comunidades-Participação do GT que será responsável	3.1 Apoio à formulação dos Planos de Ação dos Povos Indígenas (PPI's).	2012	2016
	3.2 Incentivo à implementação dos Planos de Ação dos Povos Indígenas (PPI's).		
	3.3 Monitoramento dos Planos de Ação dos Povos Indígenas (PPI's).		

Ministério do Meio Ambiente – MMA  Data ____/____/____  _____	Fundação Nacional do Índio - FUNAI  Data ____/____/____  _____
---	--



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS  
DIRETORIA DE ÁREAS PROTEGIDAS  
PROGRAMA ARPA – ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA

PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA  
ARPA – FASE II

## **Estratégia de Participação dos Povos Indígenas**

Brasília  
Maio 2011

**Equipe técnica responsável**

Villi Fritz Seilert - Consultor

**Ministério do Meio Ambiente**

Emma Leny Carla Navarro Vásquez – Cooperação Internacional

Thomas Hagenbrock - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

**ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**

Giovanna Palazzi – Analista Ambiental (Coordenação Geral)

Luiz Fernando Guimarães Brutto - Analista Ambiental (Gestão de Conflitos)

**Equipe do Arpa**

Fabrizio Domingos Costa Ferreira – Assessor Técnico

Gisele Ferreira da Silva – Auxiliar Administrativo

Hellen Vaz Roriz Eduardo – Analista Ambiental

Marco Bueno – Analista Ambiental

Reinaldo Pinto Junior – Auxiliar Administrativo

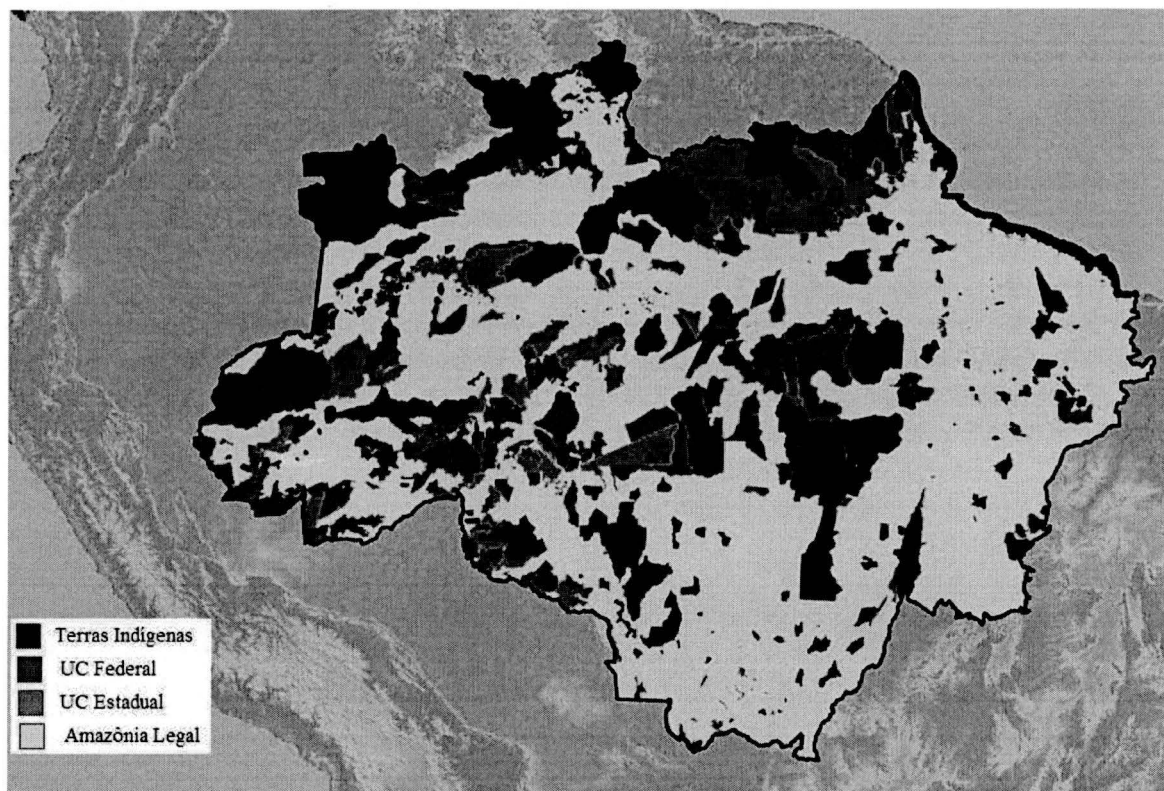
Rosiane de Jesus Pinto – Analista Ambiental

Trajano Augustus Tavares Quinhões – Coordenador do ARPA

### **Estratégia de Participação dos Povos Indígenas**

1. **Síntese do Programa.** O Programa ARPA tem como objetivo geral a conservação de uma amostra representativa da biodiversidade do bioma Amazônia e a manutenção de serviços ambientais na região, por meio do apoio à expansão e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A fase II está desenhada em 4 componentes. O primeiro componente – Criação de Unidades de Conservação - apoiará a criação de 13,5 milhões de hectares de novas Unidades de Conservação. O segundo componente – Consolidação e Gestão de Unidades de Conservação – tem por objetivo a consolidação de 32 milhões de hectares de Unidades de Conservação, a gestão integrada das unidades de conservação, a integração com as comunidades existentes no interior e no entorno das Unidades de Conservação e o desenvolvimento da capacidade para a gestão dessas unidades. O terceiro – Sustentabilidade Financeira – envolve a capitalização e gerenciamento do Fundo de Áreas Protegidas (FAP) e a geração de novas receitas para as Unidades de Conservação. O quarto componente é voltado para as atividades de coordenação e gerenciamento do Programa e de monitoramento das Unidades de Conservação. O Programa será coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e a implantação e consolidação das Unidades de Conservação são responsabilidades do ICMBIO – Instituto Chico Mendes e dos órgãos ambientais estaduais.
2. **Povos Indígenas na Amazônia.** Estima-se que aproximadamente 450.000 indígenas vivam na Amazônia Brasileira (60% da população indígena do Brasil). Na região encontram-se 405 terras indígenas demarcadas, abrangendo cerca de 109 milhões de hectares, correspondendo a 21,7% do território amazônico e a 98,6% da extensão de todas as terras indígenas do país.
3. A diversidade étnica e cultural dessa população está representada por 170 povos que falam 160 línguas distintas e agrupadas em 14 diferentes troncos lingüísticos. Muitos povos indígenas falam o português, com diferentes níveis de proficiência.
4. Diversamente do que predomina nos Andes e em partes da América Central, os povos indígenas das terras baixas da América do Sul caracterizam-se tradicionalmente por uma organização tribal sem instituições políticas acima do nível das aldeias. No geral predominam grupos em regimes sedentários com atividades econômicas de subsistência associadas à exploração de recursos florestais, pesqueiros e artesanais. A maioria dos povos indígenas no Brasil preserva seus costumes e linguagens nativos, mas estão crescentemente envolvidos, em graus diversos, com o sistema sócio-econômico regional e nacional. Atualmente, muitos povos indígenas do Brasil vivem em condições precárias. Enquanto 16% da população do país vivem em condição de extrema pobreza, 38% dos povos indígenas encontram-se nesta situação em virtude de diversos fatores – tais como: acesso insuficiente a recursos, contato e aculturação, crescente vínculo com economias monetárias e dependência em relação a bens de mercado, conflitos com invasores, garimpeiros e camponeses.
5. **Estrutura fundiária.** De acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), das 405 terras indígenas na região amazônica, 292 já foram regularizadas, 37 foram formalmente delimitadas e 70 se encontram em estágio de identificação. Estima-se que existam também 46 grupos indígenas isolados ou de pouco contato e, embora não se disponha ainda de informações precisas, muitos deles estão localizados no interior de Unidades de Conservação ou em potenciais áreas para sua criação.

Figura 01 - Terras indígenas e áreas protegidas na Amazônia



Fonte: ISA, *Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira*, Nov 2009.

6. **Ameaças e desafios enfrentados pelas Terras Indígenas.** Apesar de 21% do território da região amazônica pertencer a terras indígenas, os povos e terras indígenas confrontam diversas ameaças. As principais ameaças, em muitas áreas, referem-se a: (i) projetos de infra-estrutura e desenvolvimento, tais como a abertura de estradas e a construção de barragens e usinas hidroelétricas; (ii) atividades – frequentemente ilegais – de exploração mineral e madeireira, garimpos, pesca comercial e outras atividades extrativas; (iii) a expansão da fronteira econômica com seus empreendimentos agropecuários e madeireiros, os assentamentos rurais e as práticas de grilagem de terras; (iv) a caótica situação com relação aos direitos fundiários que predomina na região.<sup>1</sup> Estes fatores causaram consideráveis danos ambientais – como o desmatamento que resulta em ameaças à saúde, à segurança e à capacidade dos povos indígenas de preservarem seus modos de vida tradicionais.<sup>2</sup>
7. Apesar dessas diversas ameaças, os povos indígenas recorrem a regimes tradicionais de gestão de recursos naturais que usualmente combinam práticas de caça e coleta, pesca e agricultura de

<sup>1</sup> Dan Pasca. *Estudo Base para a Proteção das Terras Indígenas da Amazônia Legal*. Brasília: GTZ/FUNAI (Maio 2007). Arnaldo Carneiro Filho e Oswaldo Braga de Souza, *Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira*. São Paulo: Socioambiental, 2009.

<sup>2</sup> Em estudo recente, o IMAZON discrimina os detentores dos direitos fundiários na Amazônia em quatro categorias e demonstra que 43% do território regional (209 milhões de hectares) pertencem a áreas públicas protegidas, 21% (104 milhões de hectares) correspondem a áreas públicas sem proteção, apenas 4% (20 milhões de hectares) são áreas particulares certificadas pelo INCRA e 32% (158 milhões de hectares) são, supostamente, áreas particulares sem registro de terras (Barreto et al., *Quem é Dono da Amazônia? Uma análise do recadastramento de imóveis rurais*. IMAZON, 2006, p. 50).

subsistência em largas extensões territoriais e que, se podem ter impactos adversos sobre o meio ambiente, os têm comparativamente menores do que os causados por outros agentes sociais e intervenções. Em consequência, muitas das áreas mais preservadas e intactas em termos de cobertura florestal e conservação da biodiversidade do Brasil se encontram em terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, mesmo quando comparadas às Unidades de Conservação. Dados recentes revelam que 98,4% das terras indígenas da Amazônia permanecem altamente preservadas e que apenas 1,3% de todo o desmatamento da região amazônica ocorre no interior de terras indígenas.<sup>3</sup>

8. Em geral, as Unidades de Conservação podem ser vistas como benéficas para os povos indígenas, porque elas compartilham os objetivos de conservação natural e servem como zonas de amortecimento contra as pressões e ameaças ambientais que protegem as terras indígenas. Adicionalmente, durante a primeira fase do ARPA verificou-se que, em geral, os grupos indígenas apóiam a criação e consolidação de Unidades de Conservação nas proximidades ou arredores de suas terras, desde que questões relacionadas aos usos indígenas tradicionais de recursos naturais existentes no interior dessas unidades sejam satisfatoriamente equacionadas. A dificuldade de articulação e coordenação entre diversos órgãos governamentais, em diferentes esferas, prejudica a prestação de serviços públicos para os povos indígenas e o encaminhamento de solução para os conflitos de sobreposição entre terras indígenas e Unidades de Conservação.
9. A criação e consolidação de Unidades de Conservação pode também representar desafios aos povos indígenas. Na região Amazônica, há aproximadamente 42 casos de sobreposição entre terras indígenas e Unidades de Conservação que precedem a execução do ARPA. É particularmente relevante esclarecer a localização dos grupos isolados e de pouco contato. Em casos irresolutos a respeito (a) da sobreposição de interesses indígenas e ambientais ou (b) da presença de índios isolados, o projeto não apoiará a criação de novas Unidades de Conservação até que estes conflitos atuais ou potenciais com comunidades e/ou terras indígenas tenham sido satisfatoriamente resolvidos. Nos casos de sobreposição entre terras indígenas e Unidades de Conservação, o programa apoiará atividades da Coordenação de Gestão de Conflitos do ICMBio que engajem diferentes instituições e procurem solucioná-los de modo satisfatório. Adicionalmente, quando povos indígenas se encontrarem presentes nas zonas de amortecimento vizinhas às Unidades de Conservação apoiadas pelo ARPA, o programa apoiará a formulação e a implementação de atividades específicas para estas comunidades, conforme descrito nos parágrafos 22-27.
10. **Arcabouço legal e político.** A Constituição Brasileira de 1988 representa um momento de ruptura com as políticas indigenistas anteriores e fornece uma base sólida para o reconhecimento pelo Estado-Nação da diversidade cultural e dos direitos exclusivos e perpétuos de usufruto dos povos indígenas sobre seus territórios (excluindo os recursos do subsolo), assegurando-lhes o respeito à sua organização social, seus costumes, suas línguas, crenças e tradições. Por este instituto, as terras indígenas são gravadas como bem pertencente à União, inalienáveis e indisponíveis, sendo vedado remover os índios de suas terras salvo casos excepcionais e temporários. A regularização das terras indígenas no Brasil consiste num processo de múltiplas fases e coordenado pela FUNAI que compreende a identificação, delimitação, a demarcação, o registro e a homologação das terras indígenas. Este processo é regulamentado pelo Decreto 1.755/1996.

<sup>3</sup> Dados do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPA) e do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON).



11. Em geral, a legislação indígena e a legislação ambiental brasileiras são robustas. Todavia, há marcos regulatórios distintos para as áreas protegidas e as terras indígenas e existem lacunas relevantes no que diz respeito à gestão dos recursos naturais em terras indígenas e, em consequência, a aplicabilidade das regulamentações ambientais nacionais em terras indígenas permanece uma matéria um tanto ambígua.
12. Por um lado, o obsoleto Estatuto do Índio (1973), que inclui um marco regulatório sobre os recursos naturais em terras indígenas, ancora-se no pressuposto de que os povos indígenas permanecerão “primitivos” e suas economias continuarão a ter um caráter exclusivamente de subsistência.<sup>4</sup> Procurando adaptar a legislação indigenista aos novos desafios de natureza ambiental, o Decreto 1.141/94 imputa à FUNAI, em colaboração com o Ministério do Meio Ambiente, a proceder a atividades ambientais – incluindo, entre outras, diagnósticos ambientais, recuperação de áreas degradadas, educação ambiental, identificação e disseminação de tecnologias ambientalmente apropriadas e cumprimento da legislação ambiental. Uma Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) foi amplamente discutida com os povos indígenas e representantes de órgãos governamentais e da sociedade civil e aguarda o decreto presidencial para sua criação.
13. Por outro, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e suas regulamentações estabelecem o marco legal para as áreas protegidas no Brasil, que são classificadas em duas categorias: Unidades de Conservação de Uso Sustentável, que podem abrigar populações humanas sob regimes de gestão, e Unidades de Proteção Integral. A legislação do SNUC apóia o estabelecimento de mecanismos de resolução de conflitos quanto ao uso dos recursos naturais e que respondem a um conjunto de conflitos potenciais ou atuais entre áreas protegidas e outras entidades ou comunidades humanas, incluindo os povos indígenas. O fortalecimento destes mecanismos será financiado pelo ARPA-2 para responder às questões de sobreposição entre terras indígenas e Unidades de Conservação. O projeto não financiará plenamente atividades em Unidades de Conservação até que se tenham solucionado, de forma adequada e satisfatória a todos os envolvidos, as questões que estejam pendentes com as terras e povos indígenas que afetem.
14. Outro desafio é que muitos consideram que a estrutura conceitual para a conservação, uso sustentável e gestão dos recursos naturais em terras indígenas (gestão territorial) deveria idealmente abranger mais do que a proteção e gestão ambiental *per se*. O paradigma predominante é que a gestão sustentável de uma terra ou território indígena deve obrigatoriamente (a) ser mais amplo e complexo, incluindo dimensões ambientais, econômicas, políticas e sociais, bem como as práticas de gestão e conhecimentos tradicionais, e (b) ser construído de modo amplamente participativo e baseado nas visões indígenas de desenvolvimento sustentável.
15. Estes desafios são tratados em outras operações em execução e preparação, tais como: o Projeto “Catalisação da contribuição das terras indígenas para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros” (conhecido como GEF Indígena), que é executado pela FUNAI conjuntamente com o Ministério do Meio Ambiente e organizações indígenas (recursos geridos pelo PNUD e FUNAI) e que desenvolve projetos piloto de conservação e desenvolvimento sustentável dos recursos naturais em terras indígenas; e uma nova operação do KfW, em parceria com o Banco Mundial e em preparação com a FUNAI (“Projeto de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas Brasileiros”).

<sup>4</sup>

Revisões deste instituto estão em andamento, mas o novo estatuto ainda não foi adotado.

16. **Contexto institucional.** Agências federais e estaduais e organizações não-governamentais desenvolvem inúmeras atividades junto aos povos e terras indígenas na região amazônica. Ao nível federal, a FUNAI tem a missão institucional de coordenar o processo de formulação e implementação da política indigenista e as responsabilidades pela regularização fundiária/registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas e a resolução das reivindicações de terras por povos indígenas, bem como pela proteção dos grupos isolados ou de pouco contato. Em sua atuação, a FUNAI aborda, entre outras questões, temas relacionados à gestão ambiental sustentável das terras indígenas. O programa incluirá um Acordo de Cooperação Técnica com a FUNAI.
17. Outras agências federais que fornecem serviços relevantes aos povos indígenas incluem: a Secretaria Especial de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde, para que foram recentemente (outubro 2010) transferidas as responsabilidades pela atenção à saúde indígena (anteriormente a cargo da FUNASA); o Ministério do Meio Ambiente, que desenvolve várias iniciativas ambientais, incluindo os Projetos “Carteira Indígena” e “GEF Indígena”; e, em anos recentes, o Ministério do Desenvolvimento Agrário que se tornou ativo na (i) promoção de atividades agrícolas e especialmente voltadas para as áreas de segurança alimentar e comercialização com comunidades indígenas e (ii) definição de metodologias de prestação de assistência técnica às comunidades indígenas, dentro da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. O programa também tem interfaces com: (a) a “Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais” (PNPCT), criada por meio do Decreto Nº 6.040/2007, que tem por objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais; (b) o “Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas” (PNAP), pelo qual o Governo brasileiro reconhece a importância das terras indígenas e das terras de comunidades remanescentes de quilombos como parte da política de conservação da biodiversidade brasileira e busca integrá-las ao esforço de planejamento da paisagem, ao lado das unidades de conservação, e que inclui a atual negociação com o GEF do projeto “*Catalisação da contribuição das terras indígenas para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros*”; e, (c) a “Política Nacional de Biodiversidade” (Decreto Nº 4.339/2002), que reconhece que a manutenção da diversidade cultural nacional é importante para pluralidade de valores na sociedade em relação à biodiversidade e que os povos indígenas desempenham um papel importante na conservação e na utilização sustentável da biodiversidade brasileira.
18. O envolvimento com populações indígenas ao nível estadual varia de um estado a outro, mas, em geral, inclui departamentos especiais das secretarias estaduais de educação e entidades diversas para tratar de assuntos indígenas. Na Amazônia, há inúmeras organizações não-governamentais indigenistas com um trabalho prolongado e duradouro com comunidades indígenas, tais como: o Instituto Socioambiental (ISA), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Operação Amazônia Nativa (OPAN) e The Nature Conservancy (TNC). Embora a maioria das aldeias e terras indígenas disponha de associações comunitárias, as duas maiores organizações indígenas na Amazônia são a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro. A Rede de Cooperação Alternativa também possui grande capilaridade regional.
19. **Arranjos de implementação.** A Unidade de Coordenação do Programa, no Ministério do Meio Ambiente, é responsável por implementar a “Estratégia para os Povos Indígenas”, incluindo,

anualmente, a formulação da lista de classificação das comunidades indígenas sob risco e a identificação das Unidades de Conservação que desenvolverão Planos de Ação Específicos para os Povos Indígenas (PPIs – ver a seguir, parágrafos 23-27). O ICMBio assegurará que (i) sejam realizadas consultas à FUNAI a respeito da existência ou não de terras e povos indígenas nas áreas previstas para criação e consolidação de Unidades de Conservação e em seus arredores,<sup>5</sup> (ii) que sua Coordenação de Gestão de Conflitos inclua a questão das sobreposições de terra em seu programa de trabalho e (iii) que se proceda ao monitoramento e avaliação das ações e resultados dos PPIs que sejam financiados nos Planos Operativos Anuais da Unidades de Conservação. O programa incluirá um Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA, o ICMBIO e a FUNAI. Os PPIs serão executados pelos funcionários das Unidades de Conservação em parceria com as comunidades indígenas que existam na área de influência das Unidades de Conservação e tenham colaborado em sua preparação.<sup>6</sup>

20. **Processo de consultas durante a preparação.** A formulação do programa foi moldada pelos insumos de múltiplos processos participativos que ocorreram durante a primeira fase de sua implementação e das consultas adicionalmente realizadas com diferentes atores sociais e grupos de interesse (incluindo representantes da sociedade civil organizada e dos povos indígenas) durante a preparação de sua segunda fase. Em 2010, cinco reuniões foram realizadas a respeito da “Estratégia para os Povos Indígenas” do Programa com representantes de agências governamentais, organizações indígenas e organizações não-governamentais (tais como a FUNAI, o MMA, o ICMBio, a COIAB e a TNC). Este processo de consulta demonstrou amplo interesse da parte dos povos indígenas no Programa e confirmou a adequação dos principais elementos definidores da “Estratégia para os Povos Indígenas”, que são apresentados a seguir. O documento contendo esta estratégia foi também publicamente disseminado, em língua Portuguesa, através das páginas da Internet do ARPA, do MMA e do ICMBio e através do InfoShop. Sua divulgação foi comentada e disseminada por um amplo número de “sítios digitais” e “redes sociais”. Durante dois meses após sua disseminação, o ARPA recebeu comentários e acolheu sugestões de diversas entidades civis e governamentais. Estes insumos foram avaliados e incorporados neste documento.
21. Tendo por bases a avaliação social, as consultas e entrevistas realizadas durante a preparação do programa, conclui-se que os povos indígenas da Amazônia estão principalmente preocupados com as seguintes questões ambientais e legais. A primeira e mais importante questão se refere à conclusão das regularizações de terras indígenas pendentes. Todavia, a regularização de terras indígenas é matéria fora do alcance do Programa e depende da FUNAI. A segunda preocupação remete à sobreposição entre terras indígenas regularizadas ou reivindicadas pelos povos indígenas, as áreas de Unidades de Conservação já existentes e as áreas para potencial criação de novas Unidades de Conservação. O terceiro tema refere-se aos conflitos ou incompatibilidade entre a legislação indígena e a legislação ambiental, mormente com respeito às restrições potenciais ao uso de recursos naturais.

<sup>5</sup> Neste sentido, compete ao ICMBio solicitar, durante o processo de criação de unidades de conservação federais, à FUNAI o parecer atestando a inexistência de terras indígenas ou pleitos fundiários indígenas no interior dos territórios propostos para a unidade de conservação e, em caso negativo, interromper o processo de criação da referida unidade. Já à FUNAI, compete dar parecer de forma tempestiva sobre a existência ou não de povos indígenas ou reivindicações fundiárias por povos indígenas em relação ao território proposto para a criação de unidades de conservação e participar das atividades da Coordenação de Gestão de Conflitos do ICMBio para resolução de conflitos relacionados à sobreposição entre terras indígenas e unidades de conservação.

<sup>6</sup> Mais especificamente, compete aos gestores das Unidades de Conservação promover e realizar as consultas com os povos indígenas da área do entorno; apoiar a elaboração de suas propostas de atividades (PPIs) a serem apoiadas pelo Sub-componente 2.3 (“Integração com comunidades”), debatê-las com o Conselho Gestor e inclui-las nos Planos Operativos Anuais; aprovados os POAs contendo as propostas indígenas, implementá-las.

Essas possíveis incompatibilidades, especialmente nos casos onde os povos indígenas dependem de recursos naturais ou possuem locais sagrados situados no interior das Unidades de Conservação serão abordadas através dos PPIs a serem preparados e apoiados durante a implementação do Programa (como se descreve a seguir). Outro desafio relevante alude aos processos de etno-desenvolvimento, combinando as necessidades de geração de rendas, melhoria do bem-estar, proteção dos recursos naturais e preservação das identidades culturais e a respeito da obtenção dos recursos necessários para uma multiplicidade de iniciativas de desenvolvimento. Embora o ARPA 2 não venha a financiar atividades de etno-desenvolvimento que não estejam diretamente relacionadas à gestão ambiental das Unidades de Conservação, ele articulará suas atividades com outros programas e projetos governamentais e não-governamentais que o fazem – tais como: o “GEF Indígena”, o “Carteira Indígena” e os “Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI)”. Por conseguinte e na medida em que as Unidades de Conservação tendem a servir como um escudo de proteção contra as pressões e ameaças que atingem as terras e povos indígenas da Amazônia, pode também e indiretamente contribuir para garantir os processos de etno-desenvolvimento.

**22. Os princípios elementares da Estratégia para os Povos Indígenas do programa incluem:**

- a) Nenhuma unidade de conservação será criada com apoio do Programa onde haja sobreposição ou conflito de área entre a unidade proposta, terras indígenas ou reivindicações territoriais por povos indígenas. O processo de criação de novas UCs apoiadas pelo Programa deverá considerar consulta à FUNAI sobre reivindicações indígenas na região estudada. Nos casos de confirmação de demandas territoriais indígenas o processo de apoio do Programa será suspenso.
- b) Nenhuma nova unidade de conservação será elegível para financiamento de atividades de consolidação até que se obtenham evidências de que não há superposição e/ou conflito de área entre a Unidade de Conservação, terras indígenas ou reivindicações territoriais por povos indígenas.<sup>7</sup>
- c) Em Unidades de Conservação já financiadas pelo ARPA – Fase 1 onde venham subsequentemente a emergir reivindicações territoriais indígenas, o financiamento das atividades de consolidação consistirá em investimentos básicos tais quais proteção, manutenção, manejo e gestão participativa até que a sobreposição e/ou conflito tenha sido satisfatoriamente encaminhado; e,
- d) A possibilidade de realização de atividades, definidas anualmente, de acordo com o grau de relacionamento e necessidade das comunidades indígenas vizinhas às Unidades de Conservação e seus recursos naturais, e incluídas nos Planos Operativos Anuais das Unidades de Conservação para financiamento pelo Sub-componente 2.3 (Integração com Comunidades).

**23. Planos de Ação dos Povos Indígenas (PPIs).** Os objetivos gerais desses PPIs são: (i) viabilizar os arranjos de gestão colaborativa entre povos indígenas residentes em áreas vizinhas às Unidades de Conservação e estas unidades; (ii) mitigar quaisquer riscos potenciais associados à restrição de uso dos recursos naturais pelos povos indígenas no interior das Unidades de Conservação; e (iii) assegurar o acesso dos povos indígenas a seus locais sagrados.

<sup>7</sup> O Programa sempre consultará à FUNAI sobre as evidências de sobreposição e/ou conflitos de áreas e as Unidades de Conservação só se tornarão elegíveis para atividades de consolidação mediante declaração definitiva da FUNAI de que não há demandas territoriais indígenas em sobreposição e/ou em conflito com suas áreas.

24. **Público Alvo.** O ARPA-2 formulará uma lista hierarquizada de comunidades indígenas que sejam vizinhas às Unidades de Conservação apoiadas pelo Programa de acordo com a intensidade dos efeitos adversos ou potencialmente adversos que as restrições de acesso e uso de recursos naturais no interior das referidas unidades tenham sobre os povos indígenas. Anualmente, as comunidades indígenas mais afetadas por estas restrições serão convidadas a preparar um Plano de Ação Específico para os Povos Indígenas em conjunto com os funcionários das Unidades de Conservação e com seus Conselhos Gestores. Adicionalmente, também será formulada uma lista de iniciativas inovadoras de integração entre as Unidades de Conservação e as comunidades indígenas e, dentre estas iniciativas, as mais promissoras serão consideradas para potenciais planos de ação específicos.
25. **Pré-requisitos.** Os requisitos para a formulação e implementação desses Planos de Ação Específicos para os Povos Indígenas são: (i) a identificação de necessidade de construção de instrumentos de gestão integrada entre povos indígenas e gestão das Ucs advindos de demandas de acesso a territórios e recursos naturais das unidades de conservação pelas comunidades indígenas; (ii) a Unidade de Conservação conte com um número mínimo de funcionários lotados e que tenham participado de capacitação específica na temática além de um Conselho Gestor operante e com a participação de representantes indígenas;<sup>8</sup> e (iii) a evidência da realização de consultas prévias, livres e informadas com os povos indígenas durante a preparação dos referidos planos.
26. **Áreas Temáticas.** São elegíveis para financiamento pelos Planos de Ação Específicos para os Povos Indígenas: (i) atividades de subsistência alternativas e compensatórias das atividades restringidas ou proibidas; (ii) a promoção e adoção de tecnologias de uso dos recursos naturais que sejam mais sustentáveis; (iii) atividades de capacitação relacionadas à conservação ambiental e ao uso sustentável dos recursos naturais; e, (iv) atividades de proteção conjunta das áreas, incluindo a garantia da permissão do acesso dos povos indígenas a seus sítios sagrados. As atividades específicas elegíveis em cada uma dessas áreas temáticas serão discriminadas no Manual de Operações do Projeto.
27. **Conteúdos dos Planos de Ação Específicos para os Povos Indígenas (PPIs).**
- Um diagnóstico sócio-econômico rápido das comunidades indígenas afetadas nas áreas circunvizinhas com atenção particular aos sistemas de crença e padrões de utilização dos recursos naturais existentes no interior das Unidades de Conservação, na identificação dos impactos adversos – atuais e potenciais – da restrição ao seu uso e na identificação de arranjos de co-gestão ou outros métodos necessários e apropriados para mitigação desses efeitos negativos.
  - Evidências de que consultas prévias, livres, informadas e culturalmente apropriadas a respeito dos PPIs propostos foram realizadas com as comunidades indígenas afetadas.
  - Propostas de atividades específicas a serem executadas e suas estimativas orçamentárias.
  - Cronograma de execução das atividades propostas.
  - Arranjos para implementação das atividades propostas e assistência técnica a ser oferecida.

---

<sup>8</sup> Recomenda-se que as equipes técnicas dessas Unidades de Conservação sejam capacitadas em como trabalhar efetiva e eficientemente com as comunidades indígenas e em como apoiar à elaboração e a implementação de suas propostas de atividades.



- Evidência de que as minutas dos PPIs foram revisadas, analisadas e aprovadas pelo Conselho Gestor das Unidades de Conservação a que se referem (inclusive por seus representantes indígenas).
- Descrição da metodologia de monitoramento e avaliação do PPI.

28. **Componentes do Programa.** No que se refere aos PPIs, sua elaboração e atividades serão apoiadas pelo Sub-componente 2.3 (“Integração das Comunidades”). Adicionalmente, o Sub-componente 2.2 (“Gestão Integrada”) promoverá arenas de diálogo e articulação para a criação de mosaicos e/ou corredores de conservação que podem vir a incluir terras indígenas. No Sub-componente 3.2, atividades experimentais testarão metodologias para o pagamento de serviços ambientais e os povos indígenas são elegíveis para participarem desses projetos piloto. Finalmente, o Componente 4 apoiará os sistemas de monitoramento e avaliação a serem desenvolvidos em cada Unidade de Conservação, incluindo o monitoramento e avaliação dos aspectos de vida das comunidades humanas e, também, dos povos indígenas das áreas circunvizinhas ou próximas. O Programa também financiará o fortalecimento da Coordenação de Gestão de Conflitos do ICMBio e fortalecerá a inclusão de representantes indígenas nos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação.

29. **Monitoramento e Avaliação.** O processo de monitoramento e avaliação da implementação da Estratégia para Povos Indígenas e dos PPIs adotará métodos e ferramentas participativos com o objetivo de verificar: (i) o envolvimento e o grau de participação dos povos indígenas com os beneficiários e os resultados do programa; (ii) a ampliação da representação das populações nos Conselhos de Gestão das UC; e, (iii) os efeitos do Programa. Os indicadores chaves incluirão: (i) número de Unidades de Conservação com participação de comunidades indígenas no processo e nos arranjos de co-gestão; (ii) número de conselhos de UCs com representação dos povos indígenas; (iii) aumento do emprego de métodos e técnicas de manejo dos recursos naturais pelas comunidades indígenas; (iv) minimização das possíveis restrições de acesso a unidades de conservação pelos povos indígenas. Instrumentos de monitoramento e avaliação incluirão: (a) relatórios de progresso sobre a implementação dos PPIs; (b) reuniões anuais com as lideranças indígenas; e, (c) definição e análise de indicadores de desempenho e resultados relacionados à “Estratégia de Participação dos Povos Indígenas” nos estudos de avaliação intermediária e na avaliação final do Programa, sendo os mesmos definidos no Manual de Operações do Programa (MOP).





**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS**  
**DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS**

SBF/MMA  
Fls. 13  
Ass: Arthur

**Memorando nº 61 /2012/DAP/SBF/MMA**


Em 15 de maio de 2012.

Ao Sr. Chefe de Gabinete

**Assunto: Acordo de Cooperação Técnica entre a FUNAI e MMA**

1. Solicitamos a gentileza de encaminhar a minuta anexa do Acordo de Cooperação Técnica entre a Fundação Nacional do Índio - FUNAI e o Ministério do Meio Ambiente para análise e parecer da Consultoria Jurídica deste Ministério.
2. O Ministério do Meio Ambiente deverá assinar este Acordo.
3. Colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos no ramal 2377.

Cordialmente,

  
**ANA PAULA PRATES**  
Diretora de Áreas Protegidas



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS**  
**DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS**  
**PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA**

SBF/MMA

Fis. 14

Ass: *Antônio*

NOTA TÉCNICA nº 005/2012/ARPA/DAP/SBF

Brasília/DF, 11 de maio de 2012.

**ASSUNTO:** Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o Ministério do Meio Ambiente – MMA e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Processo Nº 02000.001099/2012-34

**1. DESTINATÁRIO**

Consultoria Jurídica (CONJUR/MMA) – Coordenação-Geral de Atos, Contratos e Ajustes.

**2. INTERESSADO**

Consultoria Jurídica (CONJUR/MMA) – Coordenação-Geral de Atos, Contratos e Ajustes.

**3. REFERÊNCIA**

**3.1.** Decreto Presidencial Nº 4.326, de 08 de agosto de 2002, D.O.U. de 9/8/2002 – Institui o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa);

**3.2.** Decreto Nº 6.101, de 26 de abril de 2007, D.O.U. de 27/4/2007 – Atribui ao Departamento de Articulação de Ações da Amazônia – DAAM a responsabilidade pela promoção e articulação das ações para a região amazônica no âmbito do Ministério do Meio Ambiente;

**3.3.** Lei Nº 11.516, de 28/08/2007, D.O.U. de 28/08/2007 – Edição Extra – Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.

**4. FUNDAMENTAÇÃO/ANÁLISE TÉCNICA/PARECER**

**4.1.** O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), instituído pelo Decreto Presidencial nº 4.326, de 08 de agosto de 2002, tem como finalidade expandir e consolidar o sistema de áreas protegidas do bioma Amazônia, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável da região, contribuindo dessa forma para a

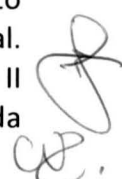
implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). O Arpa é um programa decenal dividido em três fases distintas e complementares de implementação, sendo que a segunda fase compreende o período 2010 – 2015.

**4.2.** Em geral, as Unidades de Conservação podem ser vistas como benéficas para os povos indígenas, porque elas compartilham os objetivos de conservação natural e servem como zonas de amortecimento contra as pressões e ameaças ambientais que protegem as terras indígenas. Adicionalmente, durante a primeira fase do ARPA verificou-se que, em geral, os grupos indígenas apóiam a criação e consolidação de Unidades de Conservação nas proximidades ou arredores de suas terras, desde que questões relacionadas aos usos indígenas tradicionais de recursos naturais existentes no interior dessas unidades sejam satisfatoriamente equacionadas. A dificuldade de articulação e coordenação entre diversos órgãos governamentais, em diferentes esferas, prejudica a prestação de serviços públicos para os povos indígenas e o encaminhamento de solução para os conflitos de sobreposição ou mesmo o aproveitamento de sinergias entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

**4.3.** A criação e consolidação de Unidades de Conservação pode também representar desafios aos povos indígenas. Na região Amazônica, há aproximadamente 42 casos de sobreposição entre terras indígenas e Unidades de Conservação que precedem a execução do ARPA. É particularmente relevante esclarecer a localização dos grupos isolados e de pouco contato. Em casos irresolutos a respeito (a) da sobreposição de interesses indígenas e ambientais ou (b) da presença de índios isolados, o projeto não apoiará a criação de novas Unidades de Conservação até que estes conflitos atuais ou potenciais com comunidades e/ou terras indígenas tenham sido satisfatoriamente resolvidos. Nos casos de sobreposição entre terras indígenas e Unidades de Conservação, o programa apoiará atividades da Coordenação de Gestão de Conflitos do ICMBio que engajem diferentes instituições e procurem solucioná-los de modo satisfatório. Adicionalmente, quando povos indígenas se encontrarem presentes nas zonas de amortecimento vizinhas às Unidades de Conservação apoiadas pelo ARPA, o programa apoiará a formulação e a implementação de atividades específicas para estas comunidades.

**4.4.** Para que haja a implementação destas atividades no âmbito do Programa Arpa, é necessária a celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e a FUNAI, no qual são definidas as responsabilidades e obrigações entre as partes na implementação do Programa Áreas Protegidas da Amazônia. Desde a primeira fase do Programa, foi assinado um ACT entre a FUNAI e MMA, em 2003, para implementação de atividades de execução do Programa ARPA.

**4.5.** O Acordo não implica repasse de recursos entre os partícipes, no entanto a celebração do presente acordo de cooperação técnica é “condição de efetividade” do Contrato Grant TF 012073, celebrado em 21 de março de 2012, entre o Funbio e o Banco Mundial. Assim, a disponibilização dos recursos financeiros do Banco Mundial para a execução da Fase II do Programa Arpa depende também da celebração deste ACT que estará vigente até o final da segunda fase do ARPA, em 2015.



## 5. CONCLUSÃO E/OU PROPOSIÇÃO

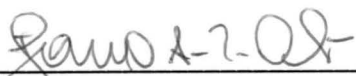
**5.1.** Baseado nas informações descritas nos itens 4.3 a 4.5 desta Nota, com a indicação de necessidade de oitiva da Consultoria Jurídica desse Ministério do Meio Ambiente, que a área técnica da Unidade de Coordenação do Programa Arpa se manifesta favorável à celebração do Acordo de Cooperação Técnica entre a FUNAI e o Ministério do Meio Ambiente, visando a implementação de atividades específicas no âmbito do Programa Áreas Protegidas da Amazônia.



**EMMA L. CARLA N. VÁSQUEZ**

Especialista em Cooperação Internacional  
Mat. 1740226

**De acordo.** Encaminhe-se para as providências necessárias.

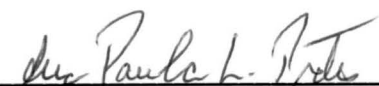


**TRAJANO AUGUSTUS TAVARES QUINHÕES**

Coordenador

Unidade de Coordenação do Programa Arpa

**De acordo.** Encaminhe-se para as providências necessárias.



**ANA PAULA PRATES**

Diretora

Departamento de Áreas Protegidas

**De acordo.** Encaminhe-se para análise e parecer da CONJUR/MMA.



**ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI**

Secretário

Secretaria de Biodiversidade e Florestas



### PROTOCOLO DE ENTRADA DE PROCESSO NA CONJUR/MMA

Nº do Processo	Data de Ingresso	Hora	Origem:
02000.001099/2012 - 34	04/06/2012	09:24	CEGA

Gobson Jelic  
Servidor do Serviço de Apoio Administrativo

#### DESPACHO DO CONSULTOR JURÍDICO

Encaminhem-se os presentes autos à (o):

☐ Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos

☒ Coordenação-Geral de Atos, Contratos e Ajustes

☐ Apoio Administrativo

**OBS:**

Brasília, 04/06/2012

Mauro de Lima O' de Almeida  
Consultor Jurídico MMA

#### DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL

Distribuíam-se os presentes autos, para as providências pertinentes, à(o) Dr(a):

☐ Clemiton Barros

☐ Regina Baruzzi

☐ Rodrigo Magalhães

☐ Jamil Cardoso

☐ Thais Madruga

☐ Tânia Arrais

☐ Juliana Corbacho

☐ Jacira Rocha

☐ Theresa Cristina

☐ Marcelo Conceição

☐ Natanael Ramos

☐ \_\_\_\_\_

☐ Priscila Oliveira

☐ Odílio Siqueira

☐ \_\_\_\_\_

**OBS:**

Brasília, \_\_\_\_/\_\_\_\_/201\_\_

\_\_\_\_\_  
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos

\_\_\_\_\_  
Coordenadora-Geral de Atos, Contratos e Ajustes

#### DISTRIBUIÇÃO

Efetuei a entrega dos presentes autos ao seu destinatário em \_\_\_\_/\_\_\_\_/201\_\_

\_\_\_\_\_  
Servidor do Serviço de Apoio Administrativo

#### RECEBIMENTO

Recebi os presentes autos.

Brasília, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Advogado

#### DEVOLUÇÃO

Encaminho os presentes autos à Coordenação-Geral, com: \_\_\_\_\_

Brasília, \_\_\_\_/\_\_\_\_/201\_\_

\_\_\_\_\_  
Advogado



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE ATOS, CONTRATOS E AJUSTES**

**PARECER Nº** 364 /2012/CGCA/CONJUR-MMA/CGU/AGU/rmp

**PROCESSO Nº** 02000.001099/2012-34

**INTERESSADO:** Departamento de Áreas Protegidas

**ASSUNTO:** Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e a FUNAI

**REF.:** Nota Técnica nº 05/2012/ARPA/DAP/SBF/MMA (9.2)

**EMENTA:** CGCA. Administrativo. Acordo de Cooperação Técnica. Ministério do Meio Ambiente e a FUNAI. Manifestação favorável.

## **I RELATÓRIO**

Cuida-se da celebração de Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre a União, representada pelo Ministério do Meio Ambiente, e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), cujo objeto é o desenvolvimento de ações conjuntas para implementação de ações referentes ao Programa de Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA- FASE II

2 Consta dos autos a seguinte documentação: uma minuta de Acordo de Cooperação Técnica (fls. 02/12), Memorando nº 61/2012/DAP/SBF/MMA (fl. 13) e Nota Técnica nº 05/2012/ARPA/DAP/SBF/MMA (fls. 14/16).

3 O Departamento de Áreas Protegidas se pronunciou sobre a celebração do presente Acordo de Cooperação Técnica por meio da Nota Técnica nº 05/2012/ARPA/DAP/SBF/MMA (fls. 14/16).

4 Eis o relatório, passa-se à apreciação da matéria em apreço.

## **II APRECIÇÃO JURÍDICA**

5 Preliminarmente, cumpre ressaltar que o exame desta Consultoria se dá nos termos da alínea “a” do inciso VI do art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, subtraindo-se ao âmbito da competência institucional deste Órgão Consultivo,





delimitada em lei, análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária. Sublinhe-se que a apreciação ora empreendida cinge-se aos aspectos jurídico-formais das minutas acostadas aos autos.

6 A celebração do instrumento sub examine preordena-se ao estabelecimento de atribuições e responsabilidades a cargo de cada um dos seus signatários e tem por escopo realizar atividades conjuntas, no sentido de implementar ações referentes ao Programa de Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA, em atenção ao disposto no Decreto nº 4326/2002, que instituiu o referido programa.

7 A área técnica deste Ministério se pronunciou sobre a conveniência e oportunidade da assinatura do presente Acordo de Cooperação- Nota Técnica nº 05/2012/ARPA/DAP/SBF/MMA (fls. 14/16), manifestando-se pela sua viabilidade, senão vejamos:

*5.1. Baseada nas informações descritas nos itens 4.3 a 4.5 desta Nota, com a indicação da necessidade de oitiva da Consultoria Jurídica desse Ministério do Meio Ambiente, que a área técnica da Unidade de Coordenação do Programa ARPA se manifesta favorável à celebração do Acordo de Cooperação Técnica entre a FUNAI e Ministério do Meio Ambiente, visando a implementação de atividades específicas no âmbito do Programa Áreas Protegidas da Amazônia.*

8 Registre-se que será sempre da inteira responsabilidade do setor técnico competente a avaliação acerca da conveniência e oportunidade, bem como a apreciação dos motivos que determinarão a celebração dos instrumentos administrativos, cuja validade, consoante a Teoria dos Motivos Determinantes, fica condicionada a existência dos motivos.

9 Acerca do mérito do ato administrativo, Hely Lopes Meirelles<sup>1</sup> nos ensina:

*“O mérito do ato administrativo consubstancia-se, portanto, na valoração dos motivos e na escolha do objeto do ato, feitas pela Administração incumbida de sua prática, quando autorizada a decidir sobre a conveniência, oportunidade e justiça do ato a realizar”*

10 Deve ser destacado, por oportuno, que o Acordo de Cooperação em análise não prevê o repasse de recursos financeiros, devendo cada partícipe aplicar seus próprios recursos na sua consecução. No entanto, por caracteriza-se como

<sup>1</sup> Meirelles, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro* – São Paulo . Malheiros 2003



acordo ou ajuste (lato senso) deve pautar-se, de maneira subsidiária, pelas disposições constantes da Lei nº 8.666/1993, a qual estabelece: “Art. 116 *Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração*”.

11 No que concerne à minuta apresentada, verifica-se que ela atende, em termos gerais, às prescrições constantes do art. 55 da Lei nº 8.666/1993. Todavia, observa-se que não foram acostados aos autos a Portaria de nomeação da Presidente da FUNAI, a cópia autenticada de seu documento de identificação nem a certidão de regularidade jurídica da FUNAI.

12 Isto posto, abstraídos os aspectos técnico-administrativos da alçada do órgão técnico competente, bem como os de conveniência e de oportunidade, não sujeitos a crivo deste órgão jurídico, o Acordo de Cooperação de fls. 02/12 reúne as condições formais e essenciais dos instrumentos da espécie. No entanto, sugere-se que sejam juntados aos autos os documentos de identificação da representante da FUNAI, devidamente autenticados, bem como a cópia da sua Portaria de nomeação e a certidão de regularidade jurídica da FUNAI.

### III CONCLUSÃO

13 Ante o exposto, a CONJUR/MMA manifesta-se favoravelmente à celebração do presente Acordo de Cooperação, com as ressalvas *supra* apontadas.

À consideração superior. Após, à Secretaria de Biodiversidade e Florestas para as providências decorrentes.

Brasília-DF, 05 de junho de 2012.

**RODRIGO MAGALHÃES PEREIRA**

Advogado da União

**Coordenador-Geral de Atos, Contratos e Ajustes Substituto**



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

02000.001099/2012-34

DESPACHO/CONJUR/MMA/Nº 616/2012

Aprovo o Parecer nº 367/CGAJ/CONJUR – MMA/CGU/AGU/rmp.  
Encaminhem-se os autos à Secretaria de Biodiversidade e Florestas para as providências decorrentes.

Brasília, 6 de junho de 2012.

**JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA**

**Advogado da União**

**Consultor Jurídico**



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS



Processo nº 02000.001099/2012-34

AO DAP

P/PROVIDÊNCIAS

11/6

*Maurício Azeredo*  
Chefe de Gabinete  
Secretaria de Biodiversidade e  
Florestas/MMA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
Fundação Nacional do Índio  
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável  
SEPS 702/902 - Ed. Lex, 2º andar. Cep.: 70340-904 - Brasília-DF  
Fone: (61) 3313-3533 - Fax: (61) 3313-3854 - e-mail: [dpds@funai.gov.br](mailto:dpds@funai.gov.br)

**OFÍCIO Nº 380/2012/DPDS-FUNAI-MJ**

Brasília, 06 de junho de 2012

A Sua Senhoria a Senhora  
**ANA PAULA LEITE PRATES**  
Diretora de Áreas Protegidas - DAP  
Ed. Marie Prendi Cruz  
SEPN 505 Norte, Bloco "B" 4º andar sala 411  
70.730-542 - Brasília DF

**Assunto: Termo de Cooperação Técnica ARPA**

Senhora Diretora,

1. Cumprimentando-a cordialmente, encaminhamos anexas cópias da Nota 049/2012/CAF/PFE-FUNAI/PGF/AGU com a análise da Minuta de Termo de Cooperação Técnica entre Funai e MMA com o objetivo de implementar atividades de execução do Projeto Áreas Protegidas da Amazônia e da Minuta do referido ACT, chancelada e atualizada com as modificações sugeridas pela nossa Procuradoria Jurídica. O encaminhamento desta documentação visa à continuidade do processo de assinatura do referido instrumento jurídico.
2. Informamos ainda que permanecemos disponíveis para esclarecimento de quaisquer dúvidas.

Atenciosamente,

  
**ALOYSIO ANTONIO CASTELO GUAPINDAIA**  
Diretor



Proc. Nº 31326/12  
Fls. 32  
Rubrica

Processo nº 31236/12  
Folha 32  
Assinatura

**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**  
**PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA - FUNAI**  
**COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS**

**NOTA Nº 049/2012/CAF/PFE-FUNAI/PGF/AGU**

REFERÊNCIA: Processo Administrativo nº 08620.031316/2012-44

INTERESSADO: FUNAI e Ministério do Meio Ambiente

ASSUNTO: Minuta de Termo de Cooperação Técnica entre a FUNAI e o Ministério do Meio Ambiente com o objetivo de implementar atividades de execução do projeto Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA.

Senhor Procurador Chefe,

1. Trata-se de encaminhamento da CGGAM para análise da minuta de Termo de Cooperação Técnica a ser firmado entre a FUNAI e o Ministério do Meio Ambiente com o objetivo de implementar atividades de execução do projeto Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA.
2. Informa aquela Coordenação-Geral que já foi firmado acordo semelhante no ano de 2003, quando teve a vigência de 02 (dois) anos e tem como objetivo executar as atividades do projeto ARPA e garantir a participação da FUNAI em temas que envolvam Terras Indígenas e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
3. Cumpre enfatizar que, de acordo com a área técnica, este acordo visa, também, colocar a FUNAI como participante das discussões acerca da sobreposição de terras indígenas com unidades de conservação.
4. É o breve relatório. Passo ao exame da matéria.
5. Inicialmente, cumpre ressaltar que o presente exame é feito nos termos do artigo 11 da Lei Complementar no 73/93, subtraindo-se do âmbito de competência institucional desta Procuradoria, que é delimitada em lei, análises que importem considerações de ordem técnica. A análise técnica por parte desta Fundação deve ser realizada pelo órgão competente, a quem cabe o exame do mérito administrativo.
6. Em um primeiro momento, cumpre enfatizar que o acordo a ser firmado, aparentemente, não tem natureza contratual, pois, no ajuste, destaca-se o intuito de cooperação recíproca entre as entidades que os celebram. Ao firmarem termos ou acordos, as partes visam à consecução de objetivos comuns. Diferentemente do que ocorre nos contratos administrativos, os interesses das partes não se contrapõem, mas se adicionam.





Proc. Nº 31826/12  
Fls. 33  
Rubrica

7. A avença teria, assim, natureza jurídica de convênio que, conforme definição em doutrina, é a forma de ajuste entre o Poder Público e entidades públicas ou privadas para realização de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração<sup>1</sup>.

8. No caso, a convergência de interesses parece evidente, uma vez que se trata de compromisso voltado à colaboração entre a FUNAI e o Ministério do Meio Ambiente com o objetivo de criar novas áreas protegidas e consolidar as já existentes.

9. Da leitura da minuta de acordo, depreende-se, ao menos aparentemente, que o presente ajuste não é de natureza financeira. Nesse sentido é a Cláusula Terceira do instrumento de acordo, o qual, inclusive, prevê a realização de convênios específicos caso haja necessidade de transferência de recursos.

10. Além disso, o art. 116, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, dispõe o seguinte:

*Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.*

*§ 1º A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:*

*I - identificação do objeto a ser executado;*

*II - metas a serem atingidas;*

*III - etapas ou fases da execução;*

*IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;*

*V - cronograma de desembolso;*

*VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;*

*VII - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.*

Processo nº 31236/12  
Folha 33  
Assinatura: *[assinatura]*

11. Assim, verifica-se evidente que essas cláusulas não constam da minuta sob exame. Contudo, conforme ressaltado anteriormente, o presente termo de cooperação técnica não tem, propriamente, natureza contratual, razão pela qual não se aplicam as obrigações acima.

12. Na verdade, o presente ajuste, embora com natureza jurídica de convênio, não se enquadra como um, propriamente dito, pois, de fato, sua celebração visa apenas a unir esforços, dentro da esfera de competências de cada autarquia. Assim, assemelha-se mais à figura de um protocolo de intenções, a ser firmado entre as partes, para auxiliar o

<sup>1</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2005. p. 297



Próc. Nº 31236/12  
Fls. 34  
Rubrica [assinatura]

intercâmbio de informações relativas a regularização fundiária, em especial na região amazônica.

13. No mais, caso seja necessário o repasse de recursos financeiros, está expressamente previsto, no parágrafo único da cláusula terceira, como já afirmado, que será celebrado convênio específico, na forma da Lei nº 8.666/93 - ~~Lei nº 8.666/93~~. Daí se percebe que não se trata de um convênio, propriamente dito, como especificado em lei.

14. Cumpre esclarecer que, quando da publicação, deve ser observado o parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93:

**Artigo 61. Omissis**

(...)

*Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.*

Processo nº 31236/12  
Folha 34  
Assinatura [assinatura]

15. Tal previsão está devidamente contemplada na Cláusula Nona da minuta apresentada.

16. Por fim, cumpre tratar da Cláusula Décima, a qual trata da eleição de foro. Consta em tal dispositivo que a Seção Judiciária do Distrito Federal é o foro competente para dirimir eventuais conflitos. Todavia, tal competência é da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF.

17. A CCAF, nos termos do art. 17 do Ato Regimento nº 05/2007 da AGU, tem como objeto resolver conflitos entre entes da Administração Federal:

**Art. 17. Compete à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF:**

*I - identificar os litígios entre órgãos e entidades da Administração Federal;*

*II - manifestar-se quanto ao cabimento e à possibilidade de conciliação;*

*III - buscar a conciliação entre órgãos e entidades da Administração Federal;*  
e

*IV - supervisionar as atividades conciliatórias no âmbito de outros órgãos da Advocacia-Geral da União.*

18. Desse modo, deve-se orientar, inicialmente, por uma solução de conflitos dentro do próprio âmbito da Administração Pública Federal antes de se buscar o Judiciário.

[assinatura]  
3




Proc. Nº 31326/12  
Fls. 35  
Rubrica [assinatura]

19. Diante das considerações acima, conclui-se que não há qualquer óbice para a formulação do acordo de cooperação técnica apresentado, desde que sejam observadas as considerações acima expostas e feita a correção indicada anteriormente.

20. À consideração superior.


Brasília, 31 de maio de 2012.

Processo nº 31326/12  
Folha 35  
Assinatura: [assinatura]

  
**Francisco Neves Siqueira**  
Coordenador de Assuntos Fundiários Substituto  
PGF/PFE-FUNAI

1. Aprovado.
2. Encaminhe-se à CGGAM, com URGÊNCIA, para efetivar as adequações necessárias, sem necessidade de retorno dos Autos a esta Procuradoria, uma vez que já se encontra cancelada a minuta do Acordo de Cooperação Técnica.

Brasília, 31 de maio de 2012.

  
**Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo**  
Procurador Chefe  
PGF/PFE-FUNAI



Processo nº 31326/12  
Folha 36  
Assinatura Joceline

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**Fundação Nacional do Índio - FUNAI**  
**Coordenação Geral de Gestão Ambiental - CGGAM**

Processo nº 31326/12  
Folha 36  
Assinatura Joceline

Referência: Processo 08620.031236/2012-44

Assunto: acordo de cooperação técnica entre MMA e Funai

Para: COPAM, de ordem

Para conhecimento.

Atenciosamente,

  
Divina Grazielle Rodrigues dos Reis  
Chefe de Serviço - CGGAM  
Portaria nº 1788/MJ/10

Brasília, 01 de junho de 2012

Para:

Técnicos Daniel

Para análise e providências

Atenciosamente,

Aloisio Caetano Machado  
Coordenador - COPAM

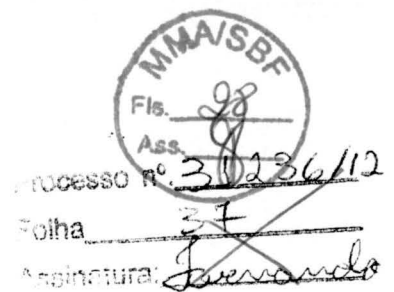
  
Graziela Rodrigues de Almeida  
Coordenadora COPAM, Substituta

Brasília, 01 de junho de 2012

Para:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
Fundação Nacional do Índio  
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável  
Coordenação Geral de Gestão Ambiental  
Coordenação de Projetos Ambientais  
SRTVS 702/902 ED: LEX 2º andar  
SALA: 237 CEP: 70390-025 - BRASÍLIA  
FONE: (61) 33133727



**Informação nº 300/COPAM/CGGAM/12**

**Brasília, 01 de junho de 2012.**

**Assunto: Acordo de Cooperação Técnica entre Funai e MMA**

**Referência: Processo Funai nº 08620-031236/2012-44**

Senhora Coordenadora,

1. Encaminho o Acordo de Cooperação Técnica – ACT entre Funai e o Ministério do Meio Ambiente – MMA, no âmbito do Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA, conforme análise e sugestão elaborada pela Procuradoria Jurídica deste órgão.

2. Sendo assim, encontra-se o anexo com a devida correção apontada e pronto para assinatura.

Atenciosamente,

**DANIEL DE OLIVEIRA PIZA**  
Analista Técnico-Administrativo

De acordo.

Encaminhe-se à CGGAM para as devidas providências.

Em, 01 / 06 / 12

**GRAZIELA RODRIGUES DE ALMEIDA**  
Coordenadora Substituta COPAM/CGGAM

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MMA/ /FUNAI Nº**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº  
\_\_\_\_\_/2012 QUE ENTRE SE CELEBRAM O  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E A  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO-FUNAI  
VISANDO A CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS  
ENTRE OS PARTICIPES PARA A  
IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES DE  
EXECUÇÃO DO PROJETO ÁREAS  
PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA - ARPA.**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, órgão da Administração pública Federal Direta, criado pela Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, alterada pela Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, Decreto nº 4.118, de 7 de fevereiro de 2000, e nos termos da Medida Provisória nº 103, de 1º de Janeiro de 2003, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 5º andar, Brasília/DF e jurisdição sobre todo o Território Nacional inscrito no CNPJ/MF sob o nº 37.115.375./0001-07, doravante denominado **MMA**, neste ato representado por sua Ministra de Estado do Meio Ambiente, **IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA**, brasileira, solteira, residente e domiciliada em Brasília/DF, portadora da Carteira de Identidade nº 457.256 SSP/DF, inscrita no CPF/MF sob o nº 279.754.601-68, nomeada pelo Decreto Presidencial de 31 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 31/03/2010 – Edição Extra, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único e incisos da Constituição Federal, e a **FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO**, vinculada ao Ministério da Justiça, entidade com patrimônio próprio e personalidade jurídica de direito privado, doravante denominada **FUNAI**, criada pela Lei nº 5.371 de 5 de dezembro de 1967, sediada em Brasília/DF, situada no SRTVS 702, Bloco "A", Edifício LEX, 3º andar, Zona Central, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00059311/0001-26, neste ato representada por sua Presidenta, **MARTA MARIA DO AMARAL AZEVEDO**, brasileira, divorciada, portadora da carteira de identidade nº 5705630, SSP/SP e CPF/MF nº 063.583.188-02, nomeada pelo decreto da Presidência da República de 20/04/2012 publicado no DOU nº 78, seção 02, de 23/04/2012, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objetivo a conjugação de esforços entre os partícipes para a implementação de ações referentes ao Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA, respaldadas no Decreto nº 4.326, de 2002.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As atividades a serem executadas, no tocante aos componentes, serão objeto de apreciação e decisão da instância deliberativa, o Comitê do Programa-CP, conforme o disposto no art. 3º do Decreto nº 4.326, de 2002.





Processo nº. 31236/12

Folha 39

Assinatura: Fernando

## CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### I – Compete ao MMA:

a) estabelecer e manter no Ministério do Meio Ambiente, uma Unidade de Coordenação do Programa ARPA com: (i) responsabilidades, estrutura e funções adequadas; (ii) equipe em número e qualificação adequados à execução das tarefas técnicas, administrativas e financeiras exigidas pelo ARPA;

b) atuar, no limite de suas prerrogativas, conferindo apoio técnico à FUNAI nas atividades de sua competência no âmbito do Programa ARPA, em conformidade com o projeto GATI, desenvolvido em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, bem como com a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, de forma que as ações do MMA e FUNAI sejam complementares e sinérgicas e não conflituosas;

c) ouvir à FUNAI, quando da criação de novas Unidades de Conservação no âmbito do Programa Arpa, visando evitar sobreposição de Unidades de Conservação e Terras Indígenas;

d) suspender as atividades em curso no âmbito do ARPA que ponham em risco a segurança de grupos indígenas isolados, assim que notificado pela FUNAI;

e) apoiar, quando solicitado ou aprovado pelo Comitê do Programa-CP, demandas em relação a atividades a serem desenvolvidas em Terras Indígenas ;

f) observar o disposto no documento denominado *Indigenous Peoples Strategy*, anexo 16 do *Project Appraisal Document-PAD Report No:66346-BR* documento do Banco Mundial apresentado em anexo como parte integrante deste Acordo de Cooperação Técnica.

### II – Compete à FUNAI:

a) estabelecer procedimentos específicos que disciplinem o ingresso e permanência em Terras Indígenas de pessoas envolvidas com o ARPA, de maneira que as atividades previstas se desenvolvam regularmente, salvaguardando o estrito cumprimento da Legislação Indigenista Nacional;

b) atuar, nos limites de suas prerrogativas, de modo a evitar que: (i) qualquer atividade ou estudo seja elaborado ou executado em Terras Indígenas, por intermédio do ARPA, sem a prévia consulta ao povo indígena que nela vive; (ii) que qualquer atividade ou estudo em Terras Indígenas seja executado sem a permanente colaboração dos povos indígenas afetados;

c) encaminhar demandas dos Povos Indígenas presentes na área de influência do ARPA ao Comitê do Programa-CP;

d) atuar, no limite de suas prerrogativas, conferindo apoio técnico ao MMA, nas atividades de sua competência nas Terras Indígenas no âmbito do Programa ARPA, em conformidade com o projeto GATI, desenvolvido em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, bem como com a implementação da Política Nacional de Gestão



Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, de forma que as ações do MMA e FUNAI sejam complementares e sinérgicas e não conflituosas;

e) estabelecer procedimentos para informar à Unidade de Coordenação do Programa ARPA de eventuais sobreposições de Unidades de Conservação e Terras Indígenas no âmbito do ARPA;

f) estabelecer procedimentos para informar à Unidade de Coordenação do Programa ARPA de eventuais localizações de grupos indígenas isolados em Unidades de Conservação no âmbito do ARPA;

g) observar o disposto no documento denominado *Indigenous Peoples Strategy*, anexo 16 do Project *Appraisal Document-PAD* Report No:66346-BR, documento do Banco Mundial apresentado em anexo como parte integrante deste Acordo de Cooperação Técnica;

h) realizar outras atividades, no âmbito de suas competências, que assegurem a boa execução do ARPA.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS

O presente Acordo não prevê a transferência de recursos entre os partícipes, sendo que cada parte deverá aplicar seus próprios recursos ou aqueles obtidos em outras fontes para o cumprimento deste Instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO – Quando as ações referidas na Cláusula Primeira deste Instrumento envolverem transferência de recursos financeiros entre os partícipes, estas serão oficializadas por meio de Convênios específicos.

### CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos, programas, obras e serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Acordo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, contatos a partir da data de sua publicação do Diário Oficial da União.

Fls. 31236/12  
Folha 10  
Assinatura *Servando*



Processo nº 31236/12  
Folha 41  
Assinatura [assinatura]

## CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

Os signatários deste Acordo podem rescindir unilateralmente ou denunciar a qualquer tempo o presente Instrumento, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-lhes igualmente os benefícios adquiridos no mesmo período.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O presente Acordo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido de comum acordo entre os partícipes ou por descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de trinta dias, de conformidade com a legislação em vigor.

## CLÁUSULA SÉTIMA-DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo de Cooperação Técnica poderá ser alterado a qualquer tempo, de comum acordo entre os partícipes, mediante justificativa consubstanciada em Termo Aditivo, obedecidas as disposições legais aplicáveis à espécie.

## CLÁUSULA OITAVA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883, de 8 de junho de 1994, ficam designados o Coordenador do Programa ARPA como representante do MMA, e o Coordenador Técnico do GATI e PNGATI como representantes da FUNAI, para acompanhar a fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Ao Agente Geral Fiscalizador é assegurado, a qualquer tempo, fiscalizar a execução dos serviços programados, através de sua auditoria, para emitir e propor a adoção das medidas julgadas cabíveis.

## CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao MMA providenciar a publicação deste Acordo de Cooperação Técnica, em extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo estas ocorrer no prazo de vinte dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666, de 1993 e alterações posteriores.



Processo nº. ~~31236/12~~  
Folha ~~42~~  
Assinatura: ~~Fernando~~

## CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleita a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF para dirimir litígios oriundos deste instrumento, que por ventura não tenham sido resolvidos administrativamente.

E Por estarem de Acordo, os partícipes assinam entre si, os efeitos legais na presença das testemunhas, que também os subscrevem.

Brasília/DF, de 2012.

**IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA**  
Ministra de Estado do Meio Ambiente

**MARTA MARIA DO AMARAL AZEVEDO**  
Presidente da FUNAI

## TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:  
CI:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:  
CI:

CÓPIA



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS/ARPA**  
SEPN 505 bloco B, Edifício Marie Prendi Cruz, Sala 504 – Brasília/DF  
(61) 2028-2192 / arpa@mma.gov.br

FUNAI/SEPRO
RECEBIDO EM: 06/07/2012
<i>Leonardo</i>
ASSINATURA
Prot.: 08620.254829/2012 - 89

Ofício nº 206/2012/SBF/MMA

Brasília, 05 de julho de 2012.

À Sua Excelência  
**MARTA MARIA DO AMARAL AZEVEDO**  
Presidenta  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**70.390-025 Brasília - DF**

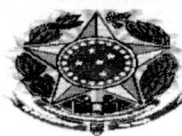
**Assunto: Encaminha Acordo de Cooperação entre a FUNAI e o MMA para assinatura.**

Senhora Presidenta,

1. Temos o prazer de encaminhar 2 (duas) vias do Acordo de Cooperação Técnica entre a FUNAI e o MMA, para implementação do Programa Áreas Protegidas da Amazônia – Fase 2, para sua assinatura.
2. Acreditamos que este Acordo será o início de uma parceria importante com a FUNAI no sentido de buscar ações sinérgicas entre o ARPA e o GATI, já identificadas no Plano de Trabalho em anexo.
3. Como poderá observar, temos o Parecer favorável das Assessorias Jurídicas deste Ministério e da FUNAI, e foi implementada a sugestão dessa Procuradoria em relação ao fórum de solução de controvérsias.
4. Certos de contar com o seu apoio, colocamo-nos à disposição para os assuntos que se façam necessários.

Cordialmente,

**ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI**  
Secretário de Biodiversidade e Florestas



SBF/MMA

Fis. 34

Ass: Delera

FUNAI/SEPRO  
Serviço de Expedição e Protocolo

08620.053768/2012-32

Apoio/GAB/SBF/MMA

Protocolo nº 22.959/2012

Recebi em: 16/05/2012

Ass: Wadysen

Hora: 16:04

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

CNPJ: 00059311/0001-26

PRESIDÊNCIA DA FUNAI

SEPS 702/902 - Ed. LEX - 3º Andar - CEP 70340-904 - Brasília-DF

Fone: (61) 3313.3816/3792 - Fax: (61) 3313.3856/3857

Ofício n.º 27 /2012/GAB-Funai

Brasília - DF, 13 de julho de 2012.

A Sua Senhoria o Senhor

**Roberto Brandão Cavalcanti**

Secretário de Biodiversidade e Florestas

Secretaria de Biodiversidade e Florestas, ARPA

Ministério do Meio Ambiente

SEPN 505, bloco B, Edifício Marie Prendi Cruz, Sala 504

Brasília/DF.

**Assunto** – Ofício nº 206/2012/SBF/MMA, de 05 de julho de 2012, versando sobre o Acordo de Cooperação entre a Funai e o MMA (devolve Acordo assinado – duas vias originais).

Senhora Secretário,

1. Apraz-nos restituir a Vossa Senhoria, em prosseguimento, as duas vias originais do Acordo de Cooperação Técnica MMA/Funai nº 005/2012, já devidamente assinado pela Senhora Presidenta da Fundação Nacional do Índio, Funai, Dra. Marta Maria do Amaral Azevedo, objetivando a conjugação de esforços entre os partícipes para implementação de atividades de execução do Projeto Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA.
2. Após a assinatura de Sua Excelência a Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente, Dra. Izabella Mônica Vieira Teixeira, muito apreciaríamos receber uma via do aludido Acordo de Cooperação para a adoção das medidas subsequentes no âmbito da Funai.

Atenciosamente,

**SORAHIA MARIA SEGALL**

Chefe de Gabinete/PRES-Funai

P/   
Raimundo José de Sousa Lopes  
Coordenador/GAB/PRES/Funai





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS  
GABINETE

SEP/ - 505 Norte - 5º Andar - Sala 506 - Edifício Marie Prendi Cruz  
contato: 2028-2039/2192

Protocolo nº: 22.959/2012

AO DAP

PI PROVIDÊNCIAS

16/7

Mauricio Azeredo  
Chefe de Gabinete  
Secretaria de Biodiversidade e  
Florestas/MMA

ENCAMINHE-SE AO ANPA, ALC CAULA,  
PARA PROVIDÊNCIAS

17/07/12

Giovanna Palazzi  
Gerente de Projeto  
SBF/DAP

ENCAMINHE-SE AO GABINETE DA SBF,  
PARA APROVAÇÃO E ENVIO AO GABINETE  
DA MINISTRA, PARA APROVAÇÃO E  
ASSINATURA DO ACT COM A FUNAI.

Giovanna Palazzi  
Gerente de Projeto  
SBF/DAP

17/07/12



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS  
GABINETE

SBF/MMA

Fls. 36

Ass: Dilora

Processo nº02000.001099/2012-34

AO GABINETE DA MINISTRA

SOLICITO A GENTILEZA DE COLHER A  
ASSINATURA DA SENHORA MINISTRA E  
PUBLICAR NO DIÁRIO.

19/7

Maurício Azeredo  
Chefe de Gabinete  
Secretaria de Biodiversidade e  
Florestas/MMA

Do Sr. Chefe de Gabinete do SBF, em  
20/07

Em devolução, conforme  
entendimentos.

Marcela Sampaio da Castro  
de Gabinete da Ministra



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

Processo nº 02000.001099/2012 - 34

AO DAP

Pl providências no sentido de preparar  
nova minuta sem a assinatura da  
Presidente da FUNAI pl assinatura  
do Secretário Roberto.

25/7

Maurício Azeredo  
Chefe de Gabinete  
Secretaria de Biodiversidade e  
Florestas/MMA

À Paula Trejano,  
pl providências cabíveis,

AA,

Ana Paula Leite Prates  
Diretora  
DAP/STBF/MMA

25/07



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS - DAP  
SEPN - 505 Norte - 5º Andar - Sala 506 - Edifício Marie Prendi Cruz  
contato: 2028-2059



Processo nº: 0000-001099/2012.34

Ao Gab./DAP,  
Para encaminhamento  
ao Secretário e subsequente  
envio ao Gabinete da Ministra  
para assinatura do ACT MMA/FUNAI.

*João Carlos* 210810012

Trajano Augustus Tavares Quinhões  
Coordenador Programa ARPA e PCE  
Matr. 2241080

ENCAMINHE-SE AO GABINETE DA SBF,

MA PROVIDÊNCIAS.

02/08/12

*Giovanna Palazzi*  
Gerente de Projeto  
SBF/DAP

CGAA/MMA/GM

Recebido em:

02/08/12 às 11:26

*João Carlos*

AO GM

CONFORME COMBINADO, RECAMINHO OS AUTOS  
P/ASSINATURA DA MINISTRA

Maurício Azeredo  
Chefe de Gabinete  
Secretaria de Biodiversidade e  
Florestas/MMA

*Maurício Azeredo* 2/8



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
GABINETE DA MINISTRA  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO "B" – 5º ANDAR  
70068-901 - BRASÍLIA/DF  
FONE: (61) 2028-1254 - FAX: (61) 2028-1756  
GAB@MMA.GOV.BR

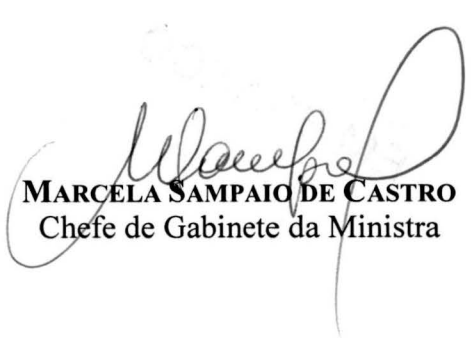


**PROCESSO 02000.001099/2012-34**

**Despacho do Gabinete da Senhora Ministra do Meio Ambiente**

Encaminhe-se à SBF para elaboração de extrato e encaminhamento à FUNAI de via assinada. Posteriormente, restitua-se a este Gabinete para publicação.

Brasília, 2 de agosto de 2012

  
**MARCELA SAMPAIO DE CASTRO**  
Chefe de Gabinete da Ministra



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS  
GABINETE**

SEPN - 505 Norte - 5º Andar - Sala 506 - Edifício Marie Prendi Cruz  
contato: 2028-2039/2192

**Processo nº 02000.001099/2012-34**

AO DAP

pl PUBLICAÇÃO NO DOU.

7/8

*Mauricio Azeredo*  
Chefe de Gabinete  
Secretaria de Biodiversidade e  
Florestas/MMA

EM BRANCO





## ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MMA/ FUNAI nº 005

### ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 005/2012 QUE ENTRE SE CELEBRAM O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO-FUNAI VISANDO A CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS ENTRE OS PARTICIPES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES DE EXECUÇÃO DO PROJETO ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA - ARPA.

A UNIÃO, por intermédio do **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, órgão da Administração pública Federal Direta, criado pela Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, alterada pela Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, Decreto nº 4.118, de 7 de fevereiro de 2000, e nos termos da Medida Provisória nº 103, de 1º de Janeiro de 2003, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 5º andar, Brasília/DF e jurisdição sobre todo o Território Nacional inscrito no CNPJ/MF sob o nº 37.115.375./0001-07, doravante denominado **MMA**, neste ato representado por sua Ministra de Estado do Meio Ambiente, **IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA**, brasileira, solteira, residente e domiciliada em Brasília/DF, portadora da Carteira de Identidade nº 457.256 SSP/DF, inscrita no CPF/MF sob o nº 279.754.601-68, nomeada pelo Decreto Presidencial de 31 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 31/03/2010 – Edição Extra, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único e incisos da Constituição Federal, e a **FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO**, vinculada ao Ministério da Justiça, entidade com patrimônio próprio e personalidade jurídica de direito privado, doravante denominada **FUNAI**, criada pela Lei nº 5.371 de 5 de dezembro de 1967, sediada em Brasília/DF, situada no SRTVS 702, Bloco "A", Edifício LEX, 3º andar, Zona Central, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00059311/0001-26, neste ato representada por sua Presidenta, **MARTA MARIA DO AMARAL AZEVEDO**, brasileira, divorciada, portadora da carteira de identidade nº 5705630, SSP/SP e CPF/MF nº 063.583.188-02, nomeada pelo decreto da Presidência da República de 20/04/2012 publicado no DOU nº 78, seção 02, de 23/04/2012, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objetivo a conjugação de esforços entre os participantes para a implementação de ações referentes ao Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA, respaldadas no Decreto nº 4.326, de 2002.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As atividades a serem executadas, no tocante aos componentes, serão objeto de apreciação e decisão da instância deliberativa, o Comitê do Programa-CP, conforme o disposto no art. 3º do Decreto nº 4.326, de 2002.





## CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### I – Compete ao MMA:

a) estabelecer e manter no Ministério do Meio Ambiente, uma Unidade de Coordenação do Programa ARPA com: (i) responsabilidades, estrutura e funções adequadas; (ii) equipe em número e qualificação adequados à execução das tarefas técnicas, administrativas e financeiras exigidas pelo ARPA;

b) atuar, no limite de suas prerrogativas, conferindo apoio técnico à FUNAI nas atividades de sua competência no âmbito do Programa ARPA, em conformidade com o projeto GATI, desenvolvido em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, bem como com a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, de forma que as ações do MMA e FUNAI sejam complementares e sinérgicas e não conflituosas;

c) ouvir à FUNAI, quando da criação de novas Unidades de Conservação no âmbito do Programa Arpa, visando evitar sobreposição de Unidades de Conservação e Terras Indígenas;

d) suspender as atividades em curso no âmbito do ARPA que ponham em risco a segurança de grupos indígenas isolados, assim que notificado pela FUNAI;

e) apoiar, quando solicitado ou aprovado pelo Comitê do Programa-CP, demandas em relação a atividades a serem desenvolvidas em Terras Indígenas ;

f) observar o disposto no documento denominado *Indigenous Peoples Strategy*, anexo 16 do *Project Appraisal Document-PAD Report No:66846-BR* documento do Banco Mundial apresentado em anexo como parte integrante deste Acordo de Cooperação Técnica.

### II – Compete à FUNAI:

a) estabelecer procedimentos específicos que disciplinem o ingresso e permanência em Terras Indígenas de pessoas envolvidas com o ARPA, de maneira que as atividades previstas se desenvolvam regularmente, salvaguardando o estrito cumprimento da Legislação Indigenista Nacional;

b) atuar, nos limites de suas prerrogativas, de modo a evitar que: (i) qualquer atividade ou estudo seja elaborado ou executado em Terras Indígenas, por intermédio do ARPA, sem a prévia consulta ao povo indígena que nela vive; (ii) que qualquer atividade ou estudo em Terras Indígenas seja executado sem a permanente colaboração dos povos indígenas afetados;

c) encaminhar demandas dos Povos Indígenas presentes na área de influência do ARPA ao Comitê do Programa-CP;

d) atuar, no limite de suas prerrogativas, conferindo apoio técnico ao MMA, nas atividades de sua competência nas Terras Indígenas no âmbito do Programa ARPA, em conformidade com o projeto GATI, desenvolvido em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, bem como com a implementação da Política Nacional de Gestão





Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, de forma que as ações do MMA e FUNAI sejam complementares e sinérgicas e não conflituosas;

e) estabelecer procedimentos para informar à Unidade de Coordenação do Programa ARPA de eventuais sobreposições de Unidades de Conservação e Terras Indígenas no âmbito do ARPA;

f) estabelecer procedimentos para informar à Unidade de Coordenação do Programa ARPA de eventuais localizações de grupos indígenas isolados em Unidades de Conservação no âmbito do ARPA;

g) observar o disposto no documento denominado *Indigenous Peoples Strategy*, anexo 16 do Project *Appraisal Document-PAD* Report No:66846-BR, documento do Banco Mundial apresentado em anexo como parte integrante deste Acordo de Cooperação Técnica;

h) realizar outras atividades, no âmbito de suas competências, que assegurem a boa execução do ARPA.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS

O presente Acordo não prevê a transferência de recursos entre os partícipes, sendo que cada parte deverá aplicar seus próprios recursos ou aqueles obtidos em outras fontes para o cumprimento deste Instrumento.

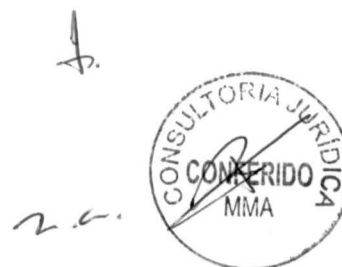
PARÁGRAFO ÚNICO – Quando as ações referidas na Cláusula Primeira deste Instrumento envolverem transferência de recursos financeiros entre os partícipes, estas serão oficializadas por meio de Convênios específicos.

### CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos, programas, obras e serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Acordo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, contatos a partir da data de sua publicação do Diário Oficial da União.





#### **CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO**

Os signatários deste Acordo podem rescindir unilateralmente ou denunciar a qualquer tempo o presente Instrumento, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-lhes igualmente os benefícios adquiridos no mesmo período.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O presente Acordo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido de comum acordo entre os partícipes ou por descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de trinta dias, de conformidade com a legislação em vigor.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA-DAS ALTERAÇÕES**

O presente Acordo de Cooperação Técnica poderá ser alterado a qualquer tempo, de comum acordo entre os partícipes, mediante justificativa consubstanciada em Termo Aditivo, obedecidas as disposições legais aplicáveis à espécie.

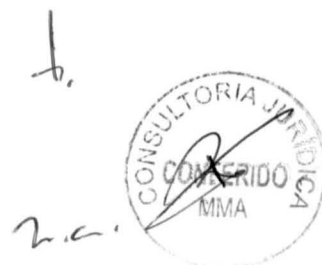
#### **CLÁUSULA OITAVA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883, de 8 de junho de 1994, ficam designados o Coordenador do Programa ARPA como representante do MMA, e o Coordenador Técnico do GATI e PNGATI como representantes da FUNAI, para acompanhar a fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Ao Agente Geral Fiscalizador é assegurado, a qualquer tempo, fiscalizar a execução dos serviços programados, através de sua auditoria, para emitir e propor a adoção das medidas julgadas cabíveis.

#### **CLAÚSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

Caberá ao MMA providenciar a publicação deste Acordo de Cooperação Técnica, em extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo estas ocorrer no prazo de vinte dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666, de 1993 e alterações posteriores.



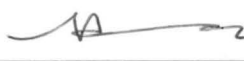



## CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleita a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF para dirimir litígios oriundos deste instrumento, que por ventura não tenham sido resolvidos administrativamente.

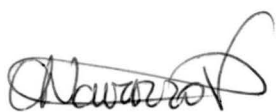
E Por estarem de Acordo, os partícipes assinam entre si, os efeitos legais na presença das testemunhas, que também os subscrevem.

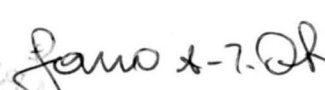
Brasília/DF, 02 de Agosto 2012.

  
\_\_\_\_\_  
**IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA**  
Ministra de Estado do Meio Ambiente

  
\_\_\_\_\_  
**MARTA MARIA DO AMARAL AZEVEDO**  
Presidente da FUNAI

## TESTEMUNHAS:

  
\_\_\_\_\_  
Nome: GUMA L. CARLA N. VASQUEZ  
CPF: 763.130.263-87  
CI: 2636.370 SSP/DF

  
\_\_\_\_\_  
Nome: Francisco L. S. Oliveira  
CPF: 01199348793  
CI: 06110467-5





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS  
DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS - DAP



Processo nº02000.001099/2012-34

FAVOR providenciar a publicação no  
DOU do Extrato deste Acordo de Cooperação  
Técnica junto ao Apoio do Gabinete.  
Anexo CD com o Extrato.

Em: 16/08/2012

Att,

Ana Paula L. Prates

Ana Paula Leite Prates  
Diretora  
DAP/SBF/MMA



## EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

PROCESSO: N° 02000.001099/2012-34. Espécie: Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente – MMA, CNPJ n° 37.115.375/0001-07 e a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, CNPJ n° 00059311/0001-26. OBJETO: conjugação de esforços entre os partícipes para a implementação de ações referentes ao Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, respaldadas no Decreto n° 4.326, de 2002. DOS RECURSOS: O presente acordo não prevê a transferência de recursos entre os partícipes. DA VIGÊNCIA: O presente instrumento vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União. DATA E ASSINATURA: Brasília, 02 de agosto - Izabella Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente, CPF n° 279.754.601-68, Marta Maria do Amaral Azevedo, Presidenta da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, CPF n° 063.583.188-02.

**IZABELLA TEIXEIRA**  
Ministra do Estado do Meio Ambiente

Publicado no D.O.U. de 23/08/12  
Seção 3 Pág. 113  
Ass. [assinatura]

*De acordo.*

*[assinatura]*

Maurício Jr.  
Chefe de Gabinete  
Secretaria de Biodiversidade e Florestas/MMA





**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS  
GABINETE**

SEPN – 505 Norte – 5º Andar – Sala 506 – Edifício Marie Prendi Cruz  
contato: 2028-2039/2192

02000.001099/2012-34

AO GABINETE DA MINISTRA

SOLICITO A GENTILEZA DE PROVIDENCIAR  
A PUBLICAÇÃO NO DOU

20/8

Maurício Azeredo  
Chefe de Gabinete  
Secretaria de Biodiversidade e  
Florestas/MMA

Publique-se.

João Vicente de Costa  
Coordenador Geral de  
Min

22/08/12

Publicado no DOU de 22/08/12  
Seção 3 113  
Ass

CGAA/MMA/GM

Recebido em:

21/08/12 09:40



f)cadastro do conveniente atualizado no SICONV no momento da celebração, nos termos dos Arts. 19 a 21 da Portaria Interministerial nº 507/2011 e

g)Plano de Trabalho aprovado.

14.2.Faz-se obrigatório também, para a análise e celebração no SICONV, o preenchimento das abas "Dados", "Programas", "Projeto Básico/Termo de Referência", "Cronograma Físico", "Cronograma de Desempenho" e "Plano de Aplicação Detalhado" e "Anexos", observados, ainda, os prazos estabelecidos por este edital, devendo guardar conformidade com a proposta e Termo de Referência aprovados nesta seleção.

#### 15.DO APOIO FINANCEIRO

15.1. O apoio aos projetos selecionados será concedido mediante a celebração de Termo de Convênio, seguindo-se as etapas de análise estipuladas neste edital.

15.2. Os instrumentos serão celebrados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Ministério do Esporte.

#### 16.DOS PRAZOS

16.1.A presente Chamada Pública obedecerá o seguinte cronograma:

ETAPAS	PRAZOS
a)Data limite para protocolo de solicitação de análise quanto àquilo da entidade	31 de agosto de 2012
b)Data limite para divulgação das entidades aptas no SICONV.	06 de setembro de 2012
c)Data limite de envio para análise da proposta no SICONV e encaminhamento de ofício.	19 de setembro de 2012
d)Prazo final para a publicação das propostas Habilitadas e Classificadas.	Até 11 de outubro de 2012
e)Prazo para interposição de recursos sobre as propostas não habilitadas.	17 de outubro de 2012
f)Prazo final para publicação da decisão de acolhimento ou rejeição dos recursos interpostos da decisão de habilitação de propostas.	Até 22 de outubro de 2012
g)Prazo para publicação das propostas selecionadas.	Até 24 de outubro de 2012
h)Prazo para homologação/publicação do resultado final da seleção no site do ME e SICONV.	Até 24 de outubro de 2012
i)Prazo para a celebração dos convênios.	Até 31 de dezembro de 2012

16.2. O recurso a ser interposto deverá ser protocolado junto a SNEAR no endereço: SAN, Quadra 3, Bloco A, Térreo, Edifício Núcleo dos Transportes - DNIT, CEP: 70040-902, Brasília - DF, seguindo-se os prazos definidos neste edital, em documento assinado pelo dirigente máximo, ou representante legal devidamente constituído, contendo os itens contestados e as respectivas justificativas e argumentações necessárias.

16.3. Somente serão conhecidos os recursos interpostos dentro dos prazos estabelecidos nos itens 16.1 e deste edital.

#### 17.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. O presente Edital e seus anexos ficarão à disposição dos interessados no site do Ministério do Esporte e no SICONV, em módulo específico de Chamamento Público.

17.2. Os instrumentos de celebração de convênio e de análise de proposta serão elaborados e aplicados de acordo com as orientações normativas, registros do SICONV e informações prestadas pelo proponente, por ocasião da apresentação da proposta, sendo de exclusiva responsabilidade do proponente a obrigação de informar tempestivamente a SNEAR/ME toda e qualquer alteração na titularidade de seus dirigentes, bem como qualquer outro fato que venha a alterar a minuta de instrumento a ser elaborada.

17.3.A seleção de propostas não obriga o Ministério do Esporte a firmar instrumento de transferência de recursos com quaisquer dos proponentes.

17.4. O presente Edital de Chamamento Público terá eficácia a partir da data da publicação da D.O.U. até 31/12/2012, podendo a qualquer tempo ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, por decisão unilateral da SNEAR/ME, devido a motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direitos à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

17.5. Os instrumentos celebrados terão sua eficácia condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, que será providenciada pelo concedente, no prazo de até vinte dias a contar de sua assinatura.

17.6.O resultado final deste edital será divulgado no site do Ministério do Esporte ([www.esporte.gov.br](http://www.esporte.gov.br)) e no Portal dos Convênios.

17.7. A liberação de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho e guardará consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do instrumento, e serão depositados e geridos na conta bancária específica do convênio, exclusivamente em instituições financeiras controladas pela União e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados na forma na Lei.

17.8. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Avaliação de Projetos da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR/ME).

17.9.Os convenientes deverão disponibilizar, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do convênio ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado.

17.10.As emendas parlamentares dirigidas para entidades privadas sem fins lucrativos também deverão obedecer as regras estipuladas neste chamamento.

17.11.Esta SNEAR/ME não se responsabiliza por erros do sistema SICONV, pelo envio online da documentação exigida, por problemas com o serviço de entrega de correspondência, pelo tempo de análise das Unidades Cadastradoras, por falta de energia elétrica, por casos fortuitos ou de força maior, bem como pelas inscrições que apresentarem dados incorretos, incompletos ou inverídicos e os consequentes prejuízos ao atendimento do disposto neste edital, em especial os prazos definidos.

17.12.As instituições proponentes são as responsáveis diretas e exclusivas pela execução física e financeira dos recursos do convênio.

RICARDO LEYSER GONÇALVES

Secretário

#### ANEXO I

##### Ação Orçamentária: 20JN - Preparação de Atletas

Objetivo: Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.

Iniciativa: Estímulo e apoio à preparação de atletas e profissionais.

Base legal: Art. 217, inciso II, da Constituição Federal; Lei nº 9.615/1998, com as alterações das Leis nº 9.981/2000 e nº 10.264/2001; Lei nº 12.395/2011.

Finalidade: Prover as condições necessárias para a preparação do atleta de esporte de alto rendimento desde sua detecção, base, desenvolvimento, alto nível e

desempenho no esporte.

Descrição: Apoio financeiro supletivo para o pagamento e formação de pessoal especializado e de apoio, contratação de serviços, aquisição de material e equipamento técnico-esportivo e de apoio e material administrativo. Apoio à realização de avaliações científicas e de controle de doping; à realização e participação em eventos esportivos, cursos, seminários, congressos, conferências, eventos de transmissão de conhecimento no âmbito do esporte, intercâmbios e outros ligados ao desenvolvimento de estudo e da prática do esporte de alto rendimento; implantação, modernização, adequação e manutenção de espaços físicos, e aquisição de equipamentos e materiais laboratoriais e esportivos.

##### Ação Orçamentária: 20D8 - Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016

Objetivo: Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.

Iniciativa: Planejamento e implantação de projetos de infraestrutura, bem como de outros projetos correlatos à preparação, à promoção e à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, no que tange a serviços, a obras e a compromissos governamentais.

Base legal: Art. 217, Constituição Brasileira/ Lei 9.615/98 e suas alterações, Lei do "Ato Olímpico", Lei nº 12.035, de 1/10/2009.

Finalidade: Desenvolver ações para preparação, organização e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Descrição: Administração e execução das despesas necessárias com a preparação, organização, realização e legado dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, com preparação de atletas, realização de eventos testes, contratação de serviços especializados de consultoria, apoio às ações de inteligência e segurança pública, ações de promoção do Brasil no exterior, ação de manutenção de instalações esportivas e despesas diversas com outros serviços necessários.

##### Ação Orçamentária: 2456 - Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento

Objetivo: Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.

Iniciativa: Qualificação da gestão e da governança do esporte.

Base legal: Art. 217, inciso II da Constituição Federal; Lei nº 9.615/1998, com as alterações das Leis nº 9.981/2000 e nº 10.264/2001.

Finalidade: Proporcionar o aprimoramento de profissionais para atuarem com o esporte de alto rendimento.

Descrição: Promoção e apoio à participação e realização de cursos, seminários, congressos, intercâmbios científicos, tecnológicos e esportivos e outros tipos de processos de transmissão de conhecimento no âmbito do esporte de alto rendimento.

##### Ação Orçamentária: 20SL - Apoio à Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016

Objetivo: Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.

Iniciativa: Planejamento e implantação de projetos de infraestrutura, bem como de outros projetos correlatos à preparação, à promoção e à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, no que tange a serviços, a obras e a compromissos governamentais.

Base legal: Art. 217 da Constituição Brasileira/ Lei 9.615/98 e suas alterações, Lei do "Ato Olímpico", Lei nº 12.035, de 1/10/2009.

Finalidade: Prover as condições para implantação, modernização e ampliação da infraestrutura necessária à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Descrição: Implantação, modernização e ampliação da infraestrutura necessária para preparação, realização e legado dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, por meio da construção, reforma e adequação de instalações esportivas, laboratoriais e de apoio, aquisição de materiais, equipamentos e contratação de serviços.

#### ANEXO II

PAPEL TIMBRADO DA ENTIDADE PROPONENTE  
SOLICITAÇÃO DE ANÁLISE DE APTIDÃO DE ENTIDADE  
Eu, NOME DO DIRIGENTE DA ENTIDADE PROPONENTE, CPF Nº XXXX, solicito, para fins de formalização de proposta de convênio e para finalizar o processo de cadastramento no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), em atendimento à Portaria Interministerial nº 507/2011, a análise do(s) comprovante(s) de exercício nos últimos 3 (três) anos de atividades referentes à matéria objeto de convênio que se pretende celebrar com esta Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento/Ministério do Esporte, da (o) NOME DA ENTIDADE PROPONENTE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº XXXXX, situado(a) à ENDEREÇO COMPLETO com CEP.

Ademais declaro que a (o) NOME DA ENTIDADE PROPONENTE, constituída de acordo com os preceitos da Lei nº 9.615/98, apresenta capacidade técnica, física e operacional para o desenvolvimento dos projetos a serem apresentados na área de esporte de alto rendimento, na(s) modalidade(s): NOME DA(S) MODALIDADE(S), conforme documentação inserida no SICONV.

Município, xxx de xxxxx de 2012

### Ministério do Meio Ambiente

#### GABINETE DA MINISTRA

##### EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo: Nº 02000.001099/2012-34. Espécie: Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente - MMA, CNPJ nº 37.115.375/0001-07 e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, CNPJ nº 0005931/0001-26. OBJETO: conjugação de esforços entre os participantes para a implementação de ações referentes ao Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, respaldadas no Decreto nº 4.326, de 2002. DOS RECURSOS: O presente acordo não prevê a transferência de recursos entre os participantes. DA VIGÊNCIA: O presente instrumento vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União. DATA E ASSINATURA: Brasília, 02 de agosto - Izabela Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente, CPF nº 279.754.601-68, Marta Maria do Amaral Azevedo, Presidenta da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, CPF nº 063.583.188-02.

#### AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

##### EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo: 02501.000521/2012-93; Espécie: Acordo de Cooperação Técnica nº 016/ANA/2012; Signatários: Agência Nacional de Águas - ANA, CNPJ nº 04.204.444/0001-08, com sede no Setor Policial - SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco "M", Brasília-DF, e o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA, CNPJ nº 05.023.045/0001-03, com sede na Rua dos Búzios, Lote 18, Quadra 35, Calhau, São Luís-MA; Objeto: Colaboração entre ANA e a SEMA, tendo em vista o desenvolvimento de ações conjuntas referentes à integração e modernização das redes hidrometeorológicas situadas no Estado do Maranhão; Vigência: até 30/06/2017; Data da assinatura: 19/7/2012; e Assinam: Dalvínio Troccoli Franca, Diretor-Presidente, Substituto, da ANA, CPF nº 038.685.244-87, e Carlos Victor Gutierrez Mendes, Secretário de Estado da SEMA, CPF nº 808.974.603-91.

#### RETIFICAÇÃO

No Extrato de Acordo de Cooperação Técnica, publicado no DOU de 22/8/2012, seção 3, página 110, onde se lê: "... Assinam: Vicente Andreu, Diretor-Presidente da ANA, CPF nº 990.937.408-06...", leia-se: "... Dalvínio Troccoli Franca, Diretor-Presidente, Substituto, da ANA, CPF nº 038.685.244-87...".

### INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2012 - UASG 193119

Nº Processo: 02022000617201244.

PREGÃO SISPP Nº 3/2012 Contratante: INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIENTE -DOS REC NAT RENOVAVEIS. CNPJ Contratado: 03367904000148. Contratado: MARILANGE COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTIS. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de forma parcelada de material de consumo tais como: gêneros alimentícios (frutas, verduras, legumes in natura, carnes e corações bovinos) para atender as necessidades do CETAS/RJ, durante o exercício de 2012. Fundamento Legal: art.62 da Lei 8666/93. Vigência: 14/08/2012 a 31/12/2012. Valor Total: R\$56.644,03. Fonte: 174193034 - 2012NE800099. Data de Assinatura: 14/08/2012.

(SICON - 22/08/2012) 193034-19211-2012NE800005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.


Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032012082300133

*Handwritten signatures and stamps:*  
A 508F,  
Extrato Rubens  
23/08/2012  
Rubens  
GABIN. MEA

PROCESO: 02000.001099/2012-34

A O DAP

1/12/12



24/8

Mauricio Azeredo  
Chefe de Gabinete  
Secretaria de Biodiversidade e  
Florestas/MMA

ENCAMINHE-SE AO ANPA,  
PARA CONHECIMENTO.

24/08/12



Giovanna Palazzi  
Gerente de Projetos  
DAF/SBF/MMA



## ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MMA/ FUNAI Nº 005

### ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 005/2012 QUE ENTRE SE CELEBRAM O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO-FUNAI VISANDO A CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS ENTRE OS PARTICIPES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES DE EXECUÇÃO DO PROJETO ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA - ARPA.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, órgão da Administração pública Federal Direta, criado pela Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, alterada pela Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, Decreto nº 4.118, de 7 de fevereiro de 2000, e nos termos da Medida Provisória nº 103, de 1º de Janeiro de 2003, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 5º andar, Brasília/DF e jurisdição sobre todo o Território Nacional inscrito no CNPJ/MF sob o nº 37.115.375./0001-07, doravante denominado **MMA**, neste ato representado por sua Ministra de Estado do Meio Ambiente, **IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA**, brasileira, solteira, residente e domiciliada em Brasília/DF, portadora da Carteira de Identidade nº 457.256 SSP/DF, inscrita no CPF/MF sob o nº 279.754.601-68, nomeada pelo Decreto Presidencial de 31 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 31/03/2010 – Edição Extra, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único e incisos da Constituição Federal, e a **FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO**, vinculada ao Ministério da Justiça, entidade com patrimônio próprio e personalidade jurídica de direito privado, doravante denominada **FUNAI**, criada pela Lei nº 5.371 de 5 de dezembro de 1967, sediada em Brasília/DF, situada no SRTVS 702, Bloco "A", Edifício LEX, 3º andar, Zona Central, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00059311/0001-26, neste ato representada por sua Presidenta, **MARTA MARIA DO AMARAL AZEVEDO**, brasileira, divorciada, portadora da carteira de identidade nº 5705630, SSP/SP e CPF/MF nº 063.583.188-02, nomeada pelo decreto da Presidência da República de 20/04/2012 publicado no DOU nº 78, seção 02, de 23/04/2012, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objetivo a conjugação de esforços entre os partícipes para a implementação de ações referentes ao Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA, respaldadas no Decreto nº 4.326, de 2002.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As atividades a serem executadas, no tocante aos componentes, serão objeto de apreciação e decisão da instância deliberativa, o Comitê do Programa-CP, conforme o disposto no art. 3º do Decreto nº 4.326, de 2002.





## CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### I – Compete ao MMA:

a) estabelecer e manter no Ministério do Meio Ambiente, uma Unidade de Coordenação do Programa ARPA com: (i) responsabilidades, estrutura e funções adequadas; (ii) equipe em número e qualificação adequados à execução das tarefas técnicas, administrativas e financeiras exigidas pelo ARPA;

b) atuar, no limite de suas prerrogativas, conferindo apoio técnico à FUNAI nas atividades de sua competência no âmbito do Programa ARPA, em conformidade com o projeto GATI, desenvolvido em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, bem como com a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, de forma que as ações do MMA e FUNAI sejam complementares e sinérgicas e não conflituosas;

c) ouvir à FUNAI, quando da criação de novas Unidades de Conservação no âmbito do Programa Arpa, visando evitar sobreposição de Unidades de Conservação e Terras Indígenas;

d) suspender as atividades em curso no âmbito do ARPA que ponham em risco a segurança de grupos indígenas isolados, assim que notificado pela FUNAI;

e) apoiar, quando solicitado ou aprovado pelo Comitê do Programa-CP, demandas em relação a atividades a serem desenvolvidas em Terras Indígenas ;

f) observar o disposto no documento denominado *Indigenous Peoples Strategy*, anexo 16 do *Project Appraisal Document-PAD Report No:66846-BR* documento do Banco Mundial apresentado em anexo como parte integrante deste Acordo de Cooperação Técnica.

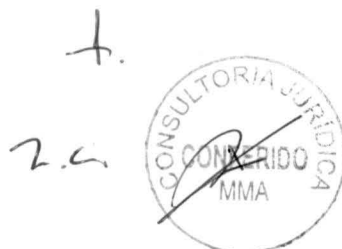
### II – Compete à FUNAI:

a) estabelecer procedimentos específicos que disciplinem o ingresso e permanência em Terras Indígenas de pessoas envolvidas com o ARPA, de maneira que as atividades previstas se desenvolvam regularmente, salvaguardando o estrito cumprimento da Legislação Indigenista Nacional;

b) atuar, nos limites de suas prerrogativas, de modo a evitar que: (i) qualquer atividade ou estudo seja elaborado ou executado em Terras Indígenas, por intermédio do ARPA, sem a prévia consulta ao povo indígena que nela vive; (ii) que qualquer atividade ou estudo em Terras Indígenas seja executado sem a permanente colaboração dos povos indígenas afetados;

c) encaminhar demandas dos Povos Indígenas presentes na área de influência do ARPA ao Comitê do Programa-CP;

d) atuar, no limite de suas prerrogativas, conferindo apoio técnico ao MMA, nas atividades de sua competência nas Terras Indígenas no âmbito do Programa ARPA, em conformidade com o projeto GATI, desenvolvido em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, bem como com a implementação da Política Nacional de Gestão





Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, de forma que as ações do MMA e FUNAI sejam complementares e sinérgicas e não conflituosas;

e) estabelecer procedimentos para informar à Unidade de Coordenação do Programa ARPA de eventuais sobreposições de Unidades de Conservação e Terras Indígenas no âmbito do ARPA;

f) estabelecer procedimentos para informar à Unidade de Coordenação do Programa ARPA de eventuais localizações de grupos indígenas isolados em Unidades de Conservação no âmbito do ARPA;

g) observar o disposto no documento denominado *Indigenous Peoples Strategy*, anexo 16 do Project *Appraisal Document-PAD* Report No:66846-BR, documento do Banco Mundial apresentado em anexo como parte integrante deste Acordo de Cooperação Técnica;

h) realizar outras atividades, no âmbito de suas competências, que assegurem a boa execução do ARPA.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS

O presente Acordo não prevê a transferência de recursos entre os partícipes, sendo que cada parte deverá aplicar seus próprios recursos ou aqueles obtidos em outras fontes para o cumprimento deste Instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO – Quando as ações referidas na Cláusula Primeira deste Instrumento envolverem transferência de recursos financeiros entre os partícipes, estas serão oficializadas por meio de Convênios específicos.

### CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos, programas, obras e serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Acordo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, contatos a partir da data de sua publicação do Diário Oficial da União.

1

2.6.







## **CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO**

Os signatários deste Acordo podem rescindir unilateralmente ou denunciar a qualquer tempo o presente Instrumento, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-lhes igualmente os benefícios adquiridos no mesmo período.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O presente Acordo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido de comum acordo entre os partícipes ou por descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de trinta dias, de conformidade com a legislação em vigor.

## **CLÁUSULA SÉTIMA-DAS ALTERAÇÕES**

O presente Acordo de Cooperação Técnica poderá ser alterado a qualquer tempo, de comum acordo entre os partícipes, mediante justificativa consubstanciada em Termo Aditivo, obedecidas as disposições legais aplicáveis à espécie.

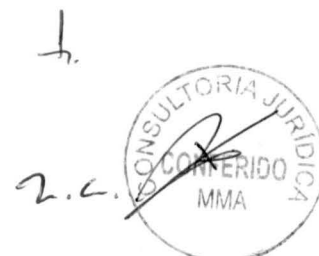
## **CLÁUSULA OITAVA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883, de 8 de junho de 1994, ficam designados o Coordenador do Programa ARPA como representante do MMA, e o Coordenador Técnico do GATI e PNGATI como representantes da FUNAI, para acompanhar a fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Ao Agente Geral Fiscalizador é assegurado, a qualquer tempo, fiscalizar a execução dos serviços programados, através de sua auditoria, para emitir e propor a adoção das medidas julgadas cabíveis.

## **CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

Caberá ao MMA providenciar a publicação deste Acordo de Cooperação Técnica, em extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo estas ocorrer no prazo de vinte dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666, de 1993 e alterações posteriores.







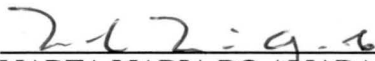
## CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleita a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF para dirimir litígios oriundos deste instrumento, que por ventura não tenham sido resolvidos administrativamente.


E Por estarem de Acordo, os partícipes assinam entre si, os efeitos legais na presença das testemunhas, que também os subscrevem.

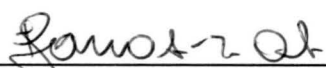
Brasília/DF, 02 de Agosto 2012.

  
\_\_\_\_\_  
**IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA**  
Ministra de Estado do Meio Ambiente

  
\_\_\_\_\_  
**MARTA MARIA DO AMARAL AZEVEDO**  
Presidente da FUNAI

## TESTEMUNHAS:

  
\_\_\_\_\_  
Nome: EMMA L. CARLA N. VASQUEZ  
CPF: 763.130.261-87  
CI: 2.636.370 SSP/DF

  
\_\_\_\_\_  
Nome: Trajano A. L. Quintões  
CPF: 01299348793  
CI: 06110467-5





MMA

## TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO

Processo nº 02000.001099/2012-34

Interessado: DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS, Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA

- Aos 10 dias do mês de abril de 2018, procedemos o encerramento deste Volume nº I do Processo nº 02000.001099/2012-34 contendo 55 folhas, encerrando o trâmite do processo físico e abrindo-se em seguida o trâmite do processo eletrônico no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações – SEI/MMA.
- O processo será encaminhado para o procedimento de digitalização onde será devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado. E serão imediatamente transferidos ao Arquivo Central para devido arquivamento e guarda, em conformidade com os prazos estabelecidos na Tabela de Temporalidade de Documentos.
- Fica vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente em suporte digital por meio do SEI/MMA.



Documento assinado eletronicamente por **Reinaldo Pinto Júnior, Agente Administrativo**, em 10/04/2018, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.mma.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mma.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0181231** e o código CRC **AE69BFBD**.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

Extrato de Acordo  
de Cooperação Técnica